TL 7088

RAI TIMOR
ANO 1 NÚMERO 1
NAÇÃO TIMORENSE

UM POVO QUE NÃO MORRE

O luto de Santa Cruz: reacções e testemunhos. A festa do Nobel. Barbedo Magalhães: insistir por Timor. O último retrato de Díli.

Macau MOP 15 Portugal 300$00 Austrália $2.5 Timor Grátis

EDITORIAL

O dia 12 de Novembro marcará para sempre a face negativa de um regime que enfrentou, à lei da bala, uma manifestação pacífica. Não é por acaso que o nosso primeiro número é lançado nesta data. E com a feliz coincidência temporal de um duplo Nobel que agora exponencia a dimensão mediática da causa.

Mas RAI TIMOR não nasce coartado por ambições persecutórias ou a pretensão de catarses históricas. Fá-lo com a esperança de relatar e testemunhar passos concretos em direcção a um futuro melhor para o povo de Timor-Leste. Com absoluta urgência, ao nível dos Direitos Humanos. Mas também na senda dos direitos cívicos e políticos.

Timor, na perspectiva desta publicação, não é questão resu-mível a um espaço confinado. Portugal e Indonésia serão alvo permanente das opções editoriais, mas também o resto do mundo, com relevo muito especial para a Ásia-Pacífico: complexo histórico-geográfico em ebulição, com jogos de equilíbrio que ditarão condiciona-lismos para futuras soluções em Timor-Leste.

Essa busca implica responsabilidades imputáveis a muitos governos e ideologias. Antes de mais, em nome de quem sofre na pele a opressão e suporta todo o tipo de privações. É por eles que nos movemos, mas com enfoque planetário. RAI TIMOR nasce em Macau, na Ásia do fim do século, com o espírito ecuménico da presença portuguesa no mundo.

RAI TIMOR não será panfletário. E por isso existe graças aos jornalistas que, em primeira mão, acreditaram ser possível dar corpo a este desafio. Tratando-se, contudo, de uma publicação mensal, não será reduzida ao simples relato circunstancial dos factos. Antes promove e apoia, nos limites da técnica jornalística, textos personalizados, com encadeamento e análise.

Promover o debate e a troca de opiniões é outra ambição do RAI TIMOR, que abre desde já as portas a toda e qualquer facção timorense. Não é uma simples declaração de intenções... É um convite. Mas este espaço é também oferecido a políticos de todas as línguas e à opinião pública internacional, organizada ou individualmente assumida, independentemente das crenças e posturas que as prefaçam. Assinem as vossas opiniões. Cresceremos convosco!

O leitor compreenderá, estamos certos, as limitações desta fase de arranque: financeiras, logísticas e humanas. Por isso este primeiro número não é, ainda, o produto idealizado. Contém, sim, a génese de um processo, aberto a ideias e colaborações.

Sejam bem vindos a RAI TIMOR.

PROPRIEDADE: Associação Grupo de Macau Rai Timor - Rua Cidade do Porto, Edifício Kam Yuen, NAPE, Macau Telefone 727914 Fax 727950 e-mail raitimor@mo.unitel.net **COORDENAÇÃO:** Paulo Rego **COLABORAM NESTE NÚMERO:** Afonso Firaku, Carlos Morais José, Francisco Fernandes, João Drago, Luís Miguel Viana, Manuel Acácio, Maria João Oliveira, Margarida Serra, Mónica Pereira, Susana Nunes, Tiago Alves e Vitória Lay **FOTOGRAFIA:** Franck Regourd **PRODUÇÃO GRÁFICA:** cmj communications **IMPRESSÃO:** Tipografia Cheng Kong

RAI TIMOR
NAÇÃO TIMORENSE

Aceitamos patrocínios que poderão ser depositados na conta nº 0001-123544-111 Banco Comercial de Macau (Ásia) S.A.R.L.

PRESSÃO MALAIA

A II Conferência Ásia-Pacífico sobre Timor-Leste, em Kuala Lumpur, repôs a nu o melindre do tema no concerto das nações asiáticas. Vistos proibidos, confrontos e detenções, com beneplácito do Governo Malaio. João Carrascalão e um jornalista português estiveram entre os detidos. Um timorense com passaporte indonésio foi parar a Jacarta.

O Governo malaio quiz evitar a Conferência, marcada para o fim de semana de 9 a 10 de Novembro. Mas a organização avançou contra os avisos de Kuala Lumpur. Segundo um porta-voz da organização, mais de 100 delegados ao encontro sobre Timor-Leste, na capital Malaia, foram detidos pela polícia.

Entre os detidos estavam pelo menos dois naturais de Timor: Helder da Costa e João Carrascalão. Hélder da Costa, leitor na Universidade de Timor-Leste, actualmente a estudar em Adelaide, cidade australiana, e detentor de passaporte emitido pela Indonésia, foi deportado para Jacarta, contrariamente aos códigos internacionais que apontam o aeroporto de origem como destino da expulsão. Com Hélder da Costa seguiram para a capital indonésia, entre outros participantes da Conferência, o alemão Johannes Princen, advogado e activista dos Direitos Humanos, e Bambang Surijadi, da União Trabalhadora Indonésia, partido não reconhecido pelo pelo Regime de Suharto.

Quanto a João Carrascalão, presidente da União Democrática Timorense (UDT), e detentor de passaporte português, acabou por ser deportado para a Austrália, país onde reside. Uma informação confirmada no próprio dia ao RAI TIMOR por Francisco Nicolau, representante da Resistência Timorense em Macau.

Contactado pela Rádio Difusão Portuguesa, Antena 1, um activista malaio pró-Timor, que pediu o anonimato, confirmava também a detenção do jornalista português Paulo Ferraz, correspondente do «Comércio do Porto, foi igualmente detido e, posteriormente, deportado para Singapura, aonde aguardava ligação para Portugal.

LIGAÇÕES AO GOVERNO

As detenções de delegados estrangeiros, assim como dos próprios malaios, entre os quais alguns jornalistas que cobriam a conferência, foram levadas a cabo pela polícia, após uma invasão da sala do encontro por parte de duas centenas de jovens. Vestidos com camisas brancas, interromperam os trabalhos derrubando cartazes, partindo cadeiras e destruindo todo o material dos conferencistas. A porta do hotel tinha sido arrombada, mas apenas foram detidos sete membros do grupo que causou os distúrbios.

De acordo com as informações divulgadas pela agência Reuter, este grupo de cerca de 200 jovens, que se auto-denomina Frente de Acção da Malásia, está directamente ligado à coligação partidária que governa o país. No entanto, um deputado pertencente ao governo malaio, Anwar Ibrahim, negou prontamente o envolvimento dos jovens com o seu governo: «Agiram sózinhos. Ninguém me avisou. Não fui contactado por eles. De certeza que não foi dada autorização pela Frente Nacional».

Kerry Brogan, investigadora da Aministia Internacional, dedicada aos assuntos da Indonésia e Timor-Leste, confirmou à Reuter que nove indonésios que se encontravam entre os malaios foram deportados.

Um porta-voz da organização responsabilizou igualmente o Governo de Kuala Lumpur pelos incidentes ocorridos, garantindo que «era intenção das autoridades» não deixar prosseguir a Conferência. O governante Anwar Ibrahim voltou a negar mais esta acusação: «Isso é uma suposição. Não a posso confirmar. Os membros da Frente de Acção da Malásia agiram em seu nome tal como as Organizações Não Governamentais agiram igualmente em nome próprio».

O Governo de Kuala Lumpur já tinha avisado que iria impedir a realização da conferência sobre Timor-Leste em Kuala Lumpur. E Mahatir Mohamad, primeiro-ministro da Malásia, que se encontra de visita ao Gana, disse à agência Noticiosa do seu país que: «o Governo não quer fazer nada que prejudique as relações com os países vizinhos» e que «a realização da Conferência era um acto irresponsável», acrescentando ainda que o Governo iria actuar contra aqueles que violaram a lei.

Por outro lado, Ahmad Zhahid Hamidi, líder do organismo para a juventude do partido Organização Nacional Unida Malaia (UMNO), ao que pertence Mahathir, disse ter mandado interromper a conferência para proteger a imagem do país. A UMNO pertence à coligação que está no poder, a Frente Nacional.

Segundo as informações cruzadas entre as agências noticiosas e membros da organização, os delegados estrangeiros foram sendo deportados aos poucos. Os que iam ficando para trás, ainda sob detenção, exigiram ser libertados ou autorizados a entrar em contacto com os seus advogados, ameaçando entrar em greve de fome.

Vários jornalistas que se encontravam a cerca de 50 metros da esquadra da polícia ouviram-nos gritar: «Greve de fome! Greve de fome!».

Arul Chelvam, um dos organizadores da Conferência, confirmou posteriormente que os detidos recusariam comer se não fossem autorizados a ver os advogados ou libertados.

> Vestidos com camisas brancas, interromperam os trabalhos derrubando cartazes, partindo cadeiras e destruindo todo o material dos conferencistas.

XANANA SACRIFICADO

O duplo Nobel atribuído, em Oslo, a Ximenes Belo e a Ramos Horta, se multiplica, de forma indelével, a mediatização da causa timorense, reduz, por omissão, a visibilidade de Xanana Gusmão. Detido em Cipinang, o líder incontestado do movimento de resistência aplaudirá, em surdina, o sucesso da campanha levada a cabo pelo seu representante no exterior. O que não belisca, fique bem claro, o valor dos premiados. E muito menos os efeitos positivos da desisão da Academia sueca.

A reacção imediata de Ramos Horta, ainda a frio, e surpreendido com a inclusão do seu nome, ao transferir o mérito do galardão para Xanana Gusmão, revela a lucidez de um diplomata bem sucedido. Contudo, e sobretudo para lá das fronteiras do pequeno mundo português, essa tentativa de focagem é insuficiente para iluminar a sombra de um guerreiro encarcerado.

É inegável que Ramos Horta pode, pelos contactos que granjeou em 20 anos de deambulações dilpomáticas e pela mobilidade que hoje detém, explorar mais facilmente a arma política que o prémio lhe concede. E a primeira prova foi dada logo em Lisboa, nessa semana diabólica marcada pela passagem de um furacão de lacinho ao pescoço. Ser-lhe-á, quiçá, também mais fácil gerir o óbice de uma frágil consensualidade entre os timorenses. Unanimidade que não falta nem a Ximenes nem a Xanana. É impensável julgar que Oslo desconhecesse os efeitos desta omissão.

O Bíspo de Díli movimenta-se no dia a dia de uma realidade efervescente, lutando sobretudo pela protecção de um rebanho na cara do lobo militar. Pelo que a moderação que sempre impôs a si próprio só pode ser criticada por quem quer ignorar o valor que esse pragmatismo representa para a população do território. Quanto a Ramos Horta, pivô da luta diplomática, será hoje o grande espinho na garganta de Suharto.

Comprende-se, nesse sentido, a duplicidade do prémio. Ximenes Belo já deu mostras de que vai manter a descrição indispensável para trabalhar no terreno. Agora mais protegido, é certo, pela mediati-zação da sua figura. Ramos Horta irá aumentar o tom do protesto público. Uma estratégia em tesoura de fino recorte estratégico.

Ficou por proteger Xanana e, paralelamente, limita-se a irritação de Suharto. Pois o galardão a Xanana, em última instância, configuraria a legitimação da luta armada. Apesar de tudo, faz também sentido não encurralar o tigre indonésio, em nome da segurança das ovelhas timorenses e da manutenção de portas negociais que abreviem soluções de paz.

Não convirá nunca esquecer que, e apenas a título de exemplo, não foi o simples Nobel a Dalai Lama que resolveu fosse o que fosse à população do Tibete.

Paulo Rego

O POVO NÃO É CRIMINOSO

LEMBRO-ME de, em 1973, ainda criança, atravessar a fronteira entre França e Espanha sob os olhares reprovadores do guarda gaulês. A explicação é muito simples: eu e a minha família pertencíamos a um país sob o jugo de um regime fascista, envolvido em guerras nas colónias e com cadeias onde pessoas eram torturadas por terem ideais políticos diversos dos homens que ocupavam as cadeiras do poder.

Lembro-me de sentir o medo tolher as conversas e de ver homens de fato castanho ou cinzento parados na esquina da minha rua, em Lisboa, onde ficava a embaixada de Cuba, lugar de convergência de refugiados políticos.

Lembro-me de ouvir dizer que o prior de Arroios aceitava esconder, sob a protecção da Igreja, gente perseguida pela PIDE e que os mantinha durante o tempo necessário a escaparem à sanha dos verdugos. Da minha janela assisti a manifestações de estudantes, violentamente reprimidas pela polícia a cavalo.

Mas eu e muitos dos que conhecia não tinhamos de facto a culpa de ter nascido nesse país, que era Portugal durante a maior parte deste século. Escolhera tanto o regime como a língua que falava. Mais cinco anos e teria certamente arranjado modo de atravessar a fronteira e fugir para França escapando à guerra colonial. Pelo menos assim pensava a minha família.

A verdade é que os povos não têm a culpa dos regimes políticos que os governam. Muitas vezes é a própria situação internacional - as potências dominantes - que impõe ditaduras, na olímpica calma de melhor usufruir de recursos naturais ou situações geo-estratégicas. Veja-se o caso do Chile de Pinochet.

Em todos os lados existe gente boa e má. Acredito que os primeiros predominam porque, na maior parte dos casos, nem se apercebem do que realmente se passa. Não acredito que seja o povo chinês que condenou o estudante Wang Dan a onze anos de cadeia, nem que sejam os birmaneses ou os norte-coreanos responsáveis pelos desmandos dos seus governos.

O mesmo se passa na Indonésia. Região do mundo riquíssima do ponto de vista cultural, a Indonésia é um acidente político talvez mais resultado de pressões externas, derivadas da ordem mundial que o Ocidente impôs ao mundo no século XX, do que de um desejo imperialista do seu povo. Tal como na África de hoje os conflitos tribais a que assistimos derivam do facto dos europeus terem traçado as fronteiras dos países a régua e esquadro, sem respeito pelas realidades concretas dos povos que habitam o continente negro.

O povo a que hoje chamamos indonésio é constituído por uma miríade de etnias diferentes, cada uma das quais com os seus problemas e ambições. Constituem um fascinante espaço cultural onde predomina a diferença e não a unidade. Se esta existe deve-se, em grande parte, à acção dos políticos ocidentais. Não esqueçamos que a invasão de Timor recebeu o beneplácito dos defensores e polícias dos Direitos Humanos. Que sobretudo agem quando existe petróleo ou qualquer outra riqueza a defender.

Os portugueses não devem esquecer estes factos. Os povos são todos iguais nas suas virtudes, tal como os dirigentes nos seus crimes. Por mim, tenho pena de não poder visitar a Indonésia e conhecer as suas gentes. Enquanto os Suhartos deste mundo servirem os interesses de quem realmente manda, pouco haverá a fazer, a não ser deixar respirar aquela parte de nós que diz não, que não se subjuga, que faz de nós humanos, isto é, o animal livre porque consciente.

O que convém é não apontar ao alvo errado. Sob pena de errar para sempre a pontaria.

Carlos Morais José

O DIA MAIS TRISTE

Santa Cruz.
Cinco anos depois do massacre.
A memória, a revolta, as testemunhas e o lamento.

PROTESTO GLOBAL

Cinco anos passaram desde que o mundo viu nos ecrãs o massacre de Santa Cruz. Imagens que mudaram as cores da diplomacia e deram novo tom aos protestos da opinião pública internacional. O dia do protesto global.

A reacção da comunidade internacional ao massacre de Santa Cruz faz-se hoje sentir numa panóplia de países, pelos cinco cantos do mundo. Um protesto político mas também cívico. Entretando, proliferaram Organizações Não Governamentais (ONGs) que lutam pela salvaguarda dos direitos humanos em Timor-Leste. E não só, porque várias delas lidam igualmente com o actual quadro político-humanitário na Indonésia.

A Organização das Nações Unidas (ONU) condenou o massacre e o Congresso norte-americano retirou Jacarta do Programa de Formação Internacional de Educação Militar. Países como o Canadá, Dinamarca e Holanda suspenderam programas de auxílio à Indonésia. De vários outros pontos do globo vieram condenações ao massacre e mensagens de solidariedade para com o povo timorense , mas ao nível politico os protestos têm uma dimensão muito mais reduzidas.

Apesar de tudo, as Nações Unidas denotam agora muito maior atenção e Portugal ganhou mais dois aliados: a França e a Irlanda. Persiste ainda alguma relutância, embora cada vez menor, por parte de muitos governos ocidentais em condenarem as acções indonésias. O que vai ilustrando o nível de envolvimento do ocidente com a o regime do presidente Suharto.

Portugal era uma voz solitária, na Europa, nessa guerrra de palavras com Jacarta. Mas agora tem aliados.

O massacre de Santa Cruz foi há cinco anos e, desde 1991, mesmo sabendo de novos ataques indonésios aos timorenses, é em Novembro que a comunidade internacional intensifica as acções de solidariedade.

São vários os países que elegem agora a data no seu calendário político-humanitário. É o caso da Dinamarca e da Holanda, parceiros de Portugal em Bruxelas , que engrossam a voz para falar de direitos humanos em Timor-Leste. À luz do Direito Internacional, Portugal é ainda a potência administrante daquele território.

Por outro lado, os 15 países da União Europeia não reconhecem a anexação por parte da Indonésia. Atitude secundada, por exemplo, pelo Canadá, um velho amigo de Timor-Leste, e por alguns países africanos, essencialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Mas há ainda quem nem sequer se pronuncie, ou mesmo quem reconheça Timor-Leste como a vigésima sétima província indonésia. É o caso da Austrália, mesmo ao lado de Timor, cuja estratégia político-económica inclui boas relações com o regime Suharto.

A FORÇA DA RUA

Mas a posição dos governos não espelha necessáriamente o que pensa a sociedade civil. Nos cinco continentes existem ONGs, que lutam pelos direitos do povo de Timor-Leste. De todos os países, os mais fervorosos são a Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Irlanda e Estados Unidos. Só nos EUA existem pelo menos 21 organizações do género, a maioria das quais está ligada à Amnistia Internacional, à Igreja Católica e a núcleos de juristas activistas dos direitos humanos.

Para o 12 de Novembro, e como já vem sendo hábito nos últimos quatro anos, agendaram vigílias, cerimó-nias religiosas e inúmeras manifestações nas principais cidades norte-americanas. Por exemplo, em Nova Iorque, na Igreja de São Bartolomeu, em Manhattan, vários norte-americanos agenda-ram uma cerimónia multi-religiosa em memória das vítimas do massacre de Santa Cruz; em São Francisco, diversos activistas promoveram uma manifestação em frente ao consulado indonésio; em Washington DC, ao fim da tarde do dia 12, a visita de uma missão diplomática de Jacarta é recebida por dezenas de jovens em vigília, com velas e leitura de artigos e poemas sobre o drama do povo timorense.

Todas foram publicitadas como atitudes não violentas. Porém, o passado mostra que, por vezes, os ânimos exaltam-se. No ano transacto, 20 norte-americanos foram presos por desobediência, em São Francisco, por terem ocupado as instalações da Missão Diplomática indonésia.

Greg Knehans, da East Timor

Religious Outreach and East Timor Action Network, disse ao RAI TIMOR que «se fosse necessário, voltaria agora a fazer o mesmo».

Ainda fora da Europa, por exemplo na Nova Zelândia, várias cidades resolveram marcar o aniversário do massacre com manifestações por Timor-Leste. Auckland é um caso especialmente significativo, já que pode sempre contar com a participação de dezenas de timorenses que se radicaram naquela cidade.

Em Toronto, no Canadá, o quinto aniversário do massacre de Santa Cruz mereceu várias cerimónias religiosas e uma manifestação de rua. Na Austrália, o cenário repete-se nas cidades de Sidney, Darwin e Melbourne.

Na Europa, são vários os países que adoptaram postura idêntica. Citamos aqui apenas alguns exemplos: na Bélgica, na cidade de Bruxelas, três igrejas assumiram a celebração de eucaristias especiais em memória das vítimas de 12 de Novembro. Na República da Irlanda, numa manifestação marcada para Dublin, vários activistas programaram uma vigília com velas e cânticos, em inglês, português e tetum.

CRIMES DE GUERRA

No quadrante europeu, há um movimento muito especial que se move bem no seio dos lobbies de Bruxelas e que tem conseguido assinalável sucesso junto da opinião pública internacional. Chama-se Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste (IPJET) e o secretário-geral é o português Pedro Pinto Leite. Em declarações ao RAI TIMOR, Pedro Pinbto Leite frisou a ideia de que, este ano, «as cerimónias para assinalar o massacre de Santa Cruz não se limitam ao dia 12 de Novembro».

Em conjunto com a *East Timor Ireland Solidarity Campaign*, a IPJET organizou uma conferência em Dublin, entre os dias 8 e 10 de Novembro, a fim de assinalar o quarto aniversário do movimento, já que a estrutura se formou só depois do massacre.

Um dos principais temas focados foi o genocídio do povo de Timor-Leste, enfoque que inclui, mas não esgota, o massacre de Díli. O orador principal foi o Prof. Roger Clark, cuja comunicação defendeu a necessária criação de um Tribunal Internacional para o julgamento de crimes contra a humanidade em Timor-Leste. Este mesmo professor seguiu depois para a Universidade da Grã-Bretanha para uma série de colóquios sobre o tema, a partir de 12 de Novembro. Roger Clark é professor de Direito Internacional da *Rutgers Law School*, nos Estados Unidos, e um dos maiores especialistas mundiais de direito criminal, internacional.

No continente asiático, os países onde mais se ouve falar de Timor são as Filipinas, a Tailândia e principalmente, o Japão. A cidade de Osaka publicitou uma grande manifestação de solidariedade pelas famílias das vítimas do 12 de Novembro. Mas também na Indonésia há vários activistas dos direitos humanos. Países como o Sri Lanka, Nepal e o Brunei marcam regularmente o dia do massacre. Assim como Macau, com manifestações de rua e cerimónias religiosas. Em Hong-Kong, vários timorenses e amigos da causa rezaram em conjunto a pedir paz e liberdade para Timor.

Muito mais manifestações foram organizadas em todo o mundo. Fruto, sobretudo, das inúmeras associações , organizações e instituições ligadas à questão de Timor-leste, em pelo menos 34 países e territórios espalhados pelos quatro cantos do mundo.

Para além dos países já citados, encontram-se referências a esse tipo de organizações no Benim, Suaram, Noruega, Finlândia, Alemanha, Índia, África do Sul, Espanha, Suécia, Malásia, Brasil, Itália, Ilhas Fidji, Luxemburgo, Moçambique, Marrocos, Islândia, Canárias, Hawai, Suiça e, claro, Portugal.

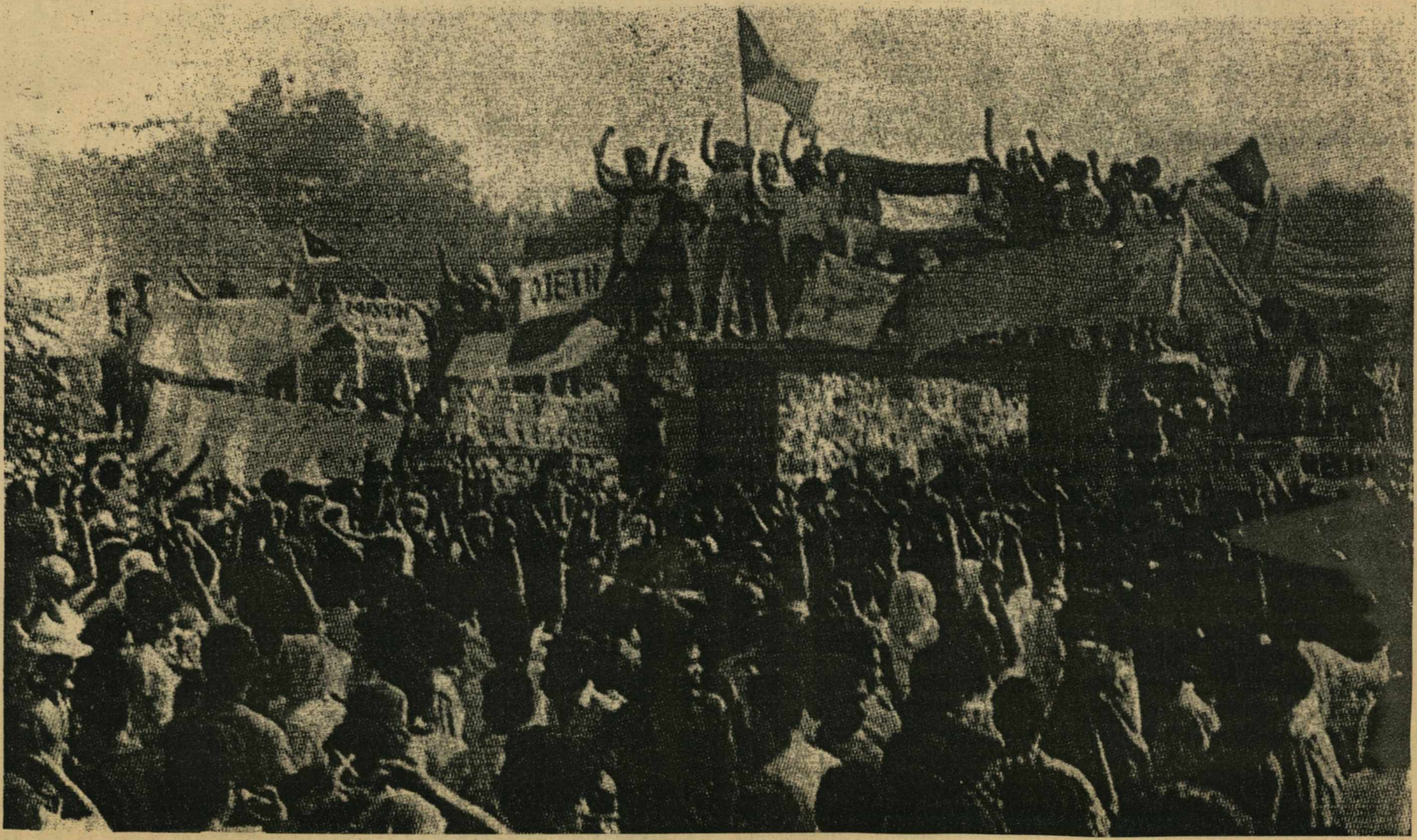
Em Portugal, as principais manifestações de solidariedade envolveram também movimentos timorenses de carácter político, como a União Democrática Timorense, a FRETILIM e o Conselho Nacional da Resistência Maubere. Em vários casos colaborando como outro tipo de organizações como a Comissão para os Direitos do Povo Maubere, o Espaço Timor, o Movimento Universitário para a Paz e Justiça para Timor-Leste; o Movimento Cristão para a Paz. Promotores de colóquios, vigílias, manifestações, palestras e cerimónias religiosas.

Até 1991, apenas os povos de alguma maneira ligados a Portugal tinham noção do genocídio a que o povo timorense está sujeito desde Dezembro de 1975. Torna-se agora notório o crescente interesse com que, sobretudo as gerações mais jovens, se empenham em conhecer melhor o drama de Timor. Não só em Portugal, mas também noutras partes do globo. Movimento que vinha crescendo à volta do 12 de Novembvro e que agora ganha nova dimensão com a atribuição do Prémio Nobel a Ximenes Belo e a Ramos Horta.

Um dos principais temas focados foi o genocídio do povo de Timor-Leste, enfoque que inclui, mas não esgota, o massacre de Díli. O orador principal foi o Prof. Roger Clark, cuja comunicação defendeu a necessária criação de um Tribunal Internacional para o julgamento de crimes contra a humanidade em Timor-Leste.

Cada vez em maior número de países o 12 de Novembro serve para que voltem a ecoar, e com especial relevo mediático, os gritos de guerra timorenses: «Viva Timor-Leste»; «Viva Xanana Gusmão»; «Viva a Liberdade»; «Autodeterminação ou Morte»; Pátria ou Morte».

S. N.



Cemitério de Santa Cruz, 12 de Novembro de 1991: as imagens que acordaram o mundo

MEMÓRIA DO MASSACRE

Já lá vão cinco anos. No cemitério de Santa Cruz, os militares indonésios assumiram a lei da bala. Centenas de timorenses pagaram com a vida a ousadia de um grito de liberdade. Um dia de luto para guardar na memória.

O massacre de Díli foi o acontecimento que, sem sombra de dúvida, expôs ao mundo, a barbárie indonésia. Falava-se muito da opressão dos timorenses, pelos menos em Portugal, mas a opinião pública refugiava-se em SãoTomé: só acreditava se visse... E pôde ver.

O vídeo de Max Stall e as fotografias de Steve Cox chocaram o mundo: corpos no chão , jovens ensanguentados , balas pelo ar, rostos indefesos e encurralados pelos muros do cemitério de Santa Cruz.

Um batalhão de mais de duzentos militares indonésios avançava para milhares de timorenses que apenas tinham ido ao cemitério para prestar homenagem ao jovem Sebastião Gomes, assassinado a 28 de Outubro pelos NINJAS, batalhão especial indonésio, que entrou pela igreja de Motael e carregou num grupo de jovens que estava lá escondido.

MISSÃO FALHADA

Contudo, o quadro que precede o massacre não se esgota na homenagem a Sebastião Gomes. A gota de água que fez transbordar o copo de dezenas de anos de sofrimento teve a ver com mais uma desilusão vinda de Portugal. Lisboa preparava o envio de uma representação parlamentar a Timor-Leste. Renovaram-se então as esperanças e, para os timorenses, era a prova de que o país que os abandara em 1975 queria remediar as coisas, queria de uma vez por todas fazer pressão para que se fizesse um referendo supervisionado internacionalmente sobre a autodeterminação...

Do ponto de vista dos indonésios, a visita da delegação portuguesa significava a possibilidade de um acordo político definitivo com o Governo luso.

A visita estava prevista para princípios de Novembro , e as negociações pareciam bem encaminhadas. Contudo, surgiu um contratempo que fez mudar o rumo da História. A Indonésia levantou problemas à inclusão de Jill Jolliffe na comitiva, uma jornalista australiana, a residir em Lisboa, dedicada à investigação dos assuntos de Timor-Leste.

Portugal não aceitou a intromissão na escolha dos membros da Comunicação Social que acompanhariam a visita e, em Outubro, a deslocação foi cancelada . Em Timor-Leste a noticia caíu que nem uma bomba. Mais uma vez tinham sido desiludidos pelos portugueses, mas era tarde demais para voltar atrás.

Estavam preparadas várias manifestações para receber os portugueses. Mesmo sem eles, nada podia travar o processo. A morte de Sebastião Gomes fêz sair à rua mais de 500 pessoas. Essencialmente jovens , levantaram-se cedo para assistir a uma missa em memoria de Sebastião.

Eram sete da manhã do dia 12 de Novembro quando terminou a eucaristia na igreja de Motael. Uma missa rezada pelo Frei Ricardo, padre timorense, teve lugar no exacto local onde morrera o jovem Sebastião. Nas primeiras horas da manhã, a procissão saía, silenciosa, da Igreja de Motael. Os mais jovens seguiram à frente da marcha. Os mais destemidos levavam, por baixo de velhas *t-shirts*, bandeiras e cartazes em nome da liberdade. A procissão foi engrossando, de todo o lado surgiam mais timorenses de peito aberto dispostos a enfrentar o opressor.

Quando passaram em frente aos barcos de guerra indonésios, ancorados no cais, já se ouviam gritos de «Viva Timor-Leste».

Os soldados indonésios mantinham-se vigilantes, mas ainda sem agirem. Mais uns passos e outros cartazes foram mostrados : «Lágrimas , injustiça - é o que nós sofremos»; «Xanana Gusmão - símbolo de união nacional»; «Viva Falintil!»

Já estavam todos à entrada do cemitério quando viram chegar os soldados indonésios, armados com espingardas automáticas M-16. Uns ainda tentaram fugir, outros procuraram refúgio dentro do cemitério, mas os muros mostraram-se fatais... E disso o mundo foi testemunha, na televisão e nas fotografias de Steve Cox.

O vídeo de Max Stall e as fotografias de Steve Cox chocaram o mundo: corpos no chão, jovens ensanguentados, balas pelo ar, rostos indefesos e encurralados pelos muros do cemitério de Santa Cruz.

OS NÚMEROS

De acordo com várias Organizações Não Governamentais (ONG), amigas da resistência dos timorenses, morreram 273 pessoas, 382 ficaram feridas e mais de 250 foram dadas como desaparecidas. E pelo menos 80 desses timorenses terão sido executados, mais tarde, por um pelotão de fuzilamento indonésio em Bé-Mussi, nos arredores de Díli.

Segundo a versão indonésia, os números foram bem diferentes. O primeiro relatório oficial dizia que, nos «incidentes» do cemitério de Santa Cruz, teriam morrido apenas 19 pessoas e que 91 tinham ficado feridas. Mais tarde, e em resultado da indignação da comunidade internacional, mudaram os números. Para os indonésios, naquela que foi a versão final e definitiva, morreram 50 timorenses e talvez mais de 91 tenham ficado feridos.

Susana Nunes
em Macau

UMALI
POLRI

TESTEMUNHOS

Nós que estavamos lá,

no cemitério de Santa Cruz,

no dia do massacre,

aqui deixamos

o nosso testemunho.

O MASSACRE CONTINUA

A Indonésia invadiu Timor-Leste em 1975, uma semana depois da proclamação de independência unilateral, no dia 28 de Novembro de 1975. Após a ocupação da Indonésia em Timor, massacraram um terço da população do território. E todos os crimes contra a humanidade não foram ainda conhecidos pela opinião pública internacional. Como todos nós sabemos, o povo maubere tem o seu direito à auto-determinação, como outros países neste universo.

Pedida a visita do grupo parlamentar português, no dia 4 de Novembro de 1991, foi recusado pelo governo indonésio. Face a isto, os jovens timorenses iniciaram a preparação de uma manifestação, a fim de chamar a atenção da comunidade internacional e o envolvimento da jornalista australiana Jill Jollife. Dezenas de jovens foram escondidos na igreja Motael para que pudessem ser protegidos. Um deles, chamado Sebastião, foi assassinado pelos grupos indonésios da Intel, dentro da própria igreja. A notícia foi espalhada em todo o lado. Duas semanas depois do enterro, os jovens decidiram então fazer a manifestação.

A manifestação, em Díli, começou da igreja Motael e seguiu até ao cemitério de Santa Cruz. A luta do povo maubere ficou conhecida na Comunidade Internacional depois destes acontecimentos de 12 de novembro de 1991, no cemitério de Santa Cruz. Centenas de jovens foram mortos e assassinados. Depois do massacre mantiveram-se as operações militares por parte dos indonésios. Eles continuam activos e circulam em todo o território.

Até hoje, a perseguição, a intimidação, o terror, e a repressão continuam, e continuarão, em Timor-Leste.

JOAQUIM

> Os indonésios não puderam negar ou encobrir as suas crueldades perante a comunidade internacional. Nestas filmagens eu era um dos que estava bem claro, mas não sabia que estava a ser filmado porque estava inconsciente, visto ter sido atingido e gravemente ferido.

NASCI PARA A POLÍTICA

Fui para a escola aos seis anos de idade e acabei o 12º ano com 19 anos. Tive muita convivênvia com colegas, o ambiente da escola era de camaradagem e o tema das nossas conversas era sempre acerca de estudos. Em casa, convivia com os meus familiares e amigos do bairro onde morava. Aí falávamos sobre a situação da nossa terra, o futuro das nossas vidas e outras coisas mais. Também andei muito activo nos movimentos estudantis que nós formávamos em Timor-Leste.

Como isto não quero dizer que seja um grande político, mas a situação em si é que me obrigava a isso, tal como a outros colegas meus.

Quase toda a juventude de Timor-Leste esteve envolvida nestas actividades anti-Indonésia, o que acabou por causar a morte de muitos colegas meus.

Há um dia que eu nunca mais vou esquecer na minha vida, que é o dia 12 de Novembro de 1991. Nesse dia eu fui testemunha ocular das bárbaras atitudes dos militares indonésios, que atiraram sobre mim e sobre os meus colegas quando estávamos a fazer uma manifestação pacífica. Uma manifestação que pretendia assinalar os 14 dias da morte de um colega que também tinha sido assassinado pelos militares indonésios. Graças a Deus que nesse dia estavam também jornalistas estrangeiros que filmaram o decorrer das manifestações.

Assim, os indonésios não puderam negar ou encobrir as suas crueldades perante a comunidade internacional. Nestas filmagens eu era um dos que estava bem claro, mas eu não sabia que estava a ser filmado porque estava inconsciente, visto ter sido atingido e gravemente ferido.

Fui hospitalizado e, após a minha recuperação, consegui sair de Timor-Leste e estou a aprender português com o fim de prosseguir os meus estudos.

LEVI

A MORTE A MEU LADO

A anulação da visita dos parlamentares portugueses a Timor-Leste, em Outubro de 1991, decepcionou a população, uma vez que essa visita era esperada com ansiedade e o povo estava organizado para fazer uma recepção festiva aos portugueses.

Por outro lado, com a morte de Sebastião Gomes, foram feitas pelos militares indonésios algumas prisões na Igreja de Motael. A captura desses colegas fez aumentar o descontentamento entre a população.

Faz parte dos costumes do povo de Timor honrar e recordar os mortos duas semanas depois da morte, e, no caso de Sebastião, esse dia correspondeu ao dia 12 de Novembro.

Essa homenagem faz-se com a missa e oferta de flores que são depositadas na campa. A missa foi celebrada na Igreja de Motael, pelas seis horas da manhã, a que assisti juntamente com outros colegas. Após a missa integramo-nos no cortejo que se dirigiu numa manifestação pacífica ao cemitério. No trajecto, os manifestantes demonstraram o seu sentimento anti-indonésio face ao assasinato do Sebastião.

Chegados ao cemitério, ainda antes de termos colocado as flores na campa, os militares começaram a disparar tiros contra os manifestantes que se encontravam à entrada do cemitério.

Estava na entrada do cemitério e vi cairem mortos vários colegas atingidos pelas balas. Ferido, fugi para dentro do cemitério, que entretanto foi cercado pelos militares.

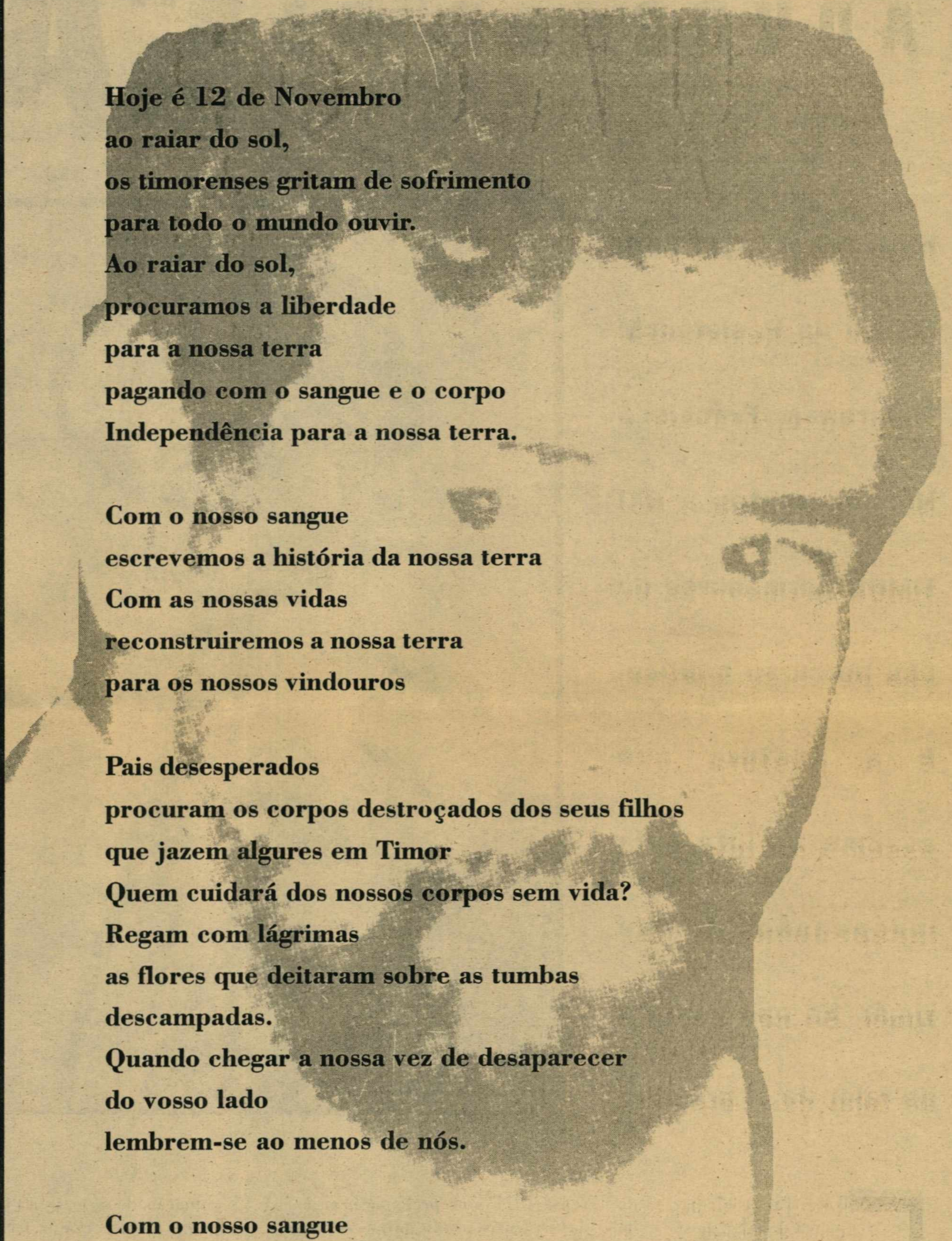
Estes continuavam a disparar e a matar com as baionetas das armas, ao mesmo tempo que arrancavam do pescoço dos feridos a cruz de Cristo, proferindo injúrias e tomando atitudes de escárnio.

Fui capturado e levado para a prisão onde estive duas semanas.

No meio da multidão, que integrou a manifestação, estavam jornalistas estrangeiros que assistiram às atitudes bárbaras dos militares indonésios e espalharam a notícia pelo mundo inteiro. Lembro-me de estarem presentes os representantes dos Direitos Humanos de Genebra, dois jornalistas americanos, que foram feridos, e um neo-zelandês que foi morto.

IVAN

Dia 12 de Novembro



**Hoje é 12 de Novembro
ao raiar do sol,
os timorenses gritam de sofrimento
para todo o mundo ouvir.
Ao raiar do sol,
procuramos a liberdade
para a nossa terra
pagando com o sangue e o corpo
Independência para a nossa terra.**

**Com o nosso sangue
escrevemos a história da nossa terra
Com as nossas vidas
reconstruiremos a nossa terra
para os nossos vindouros**

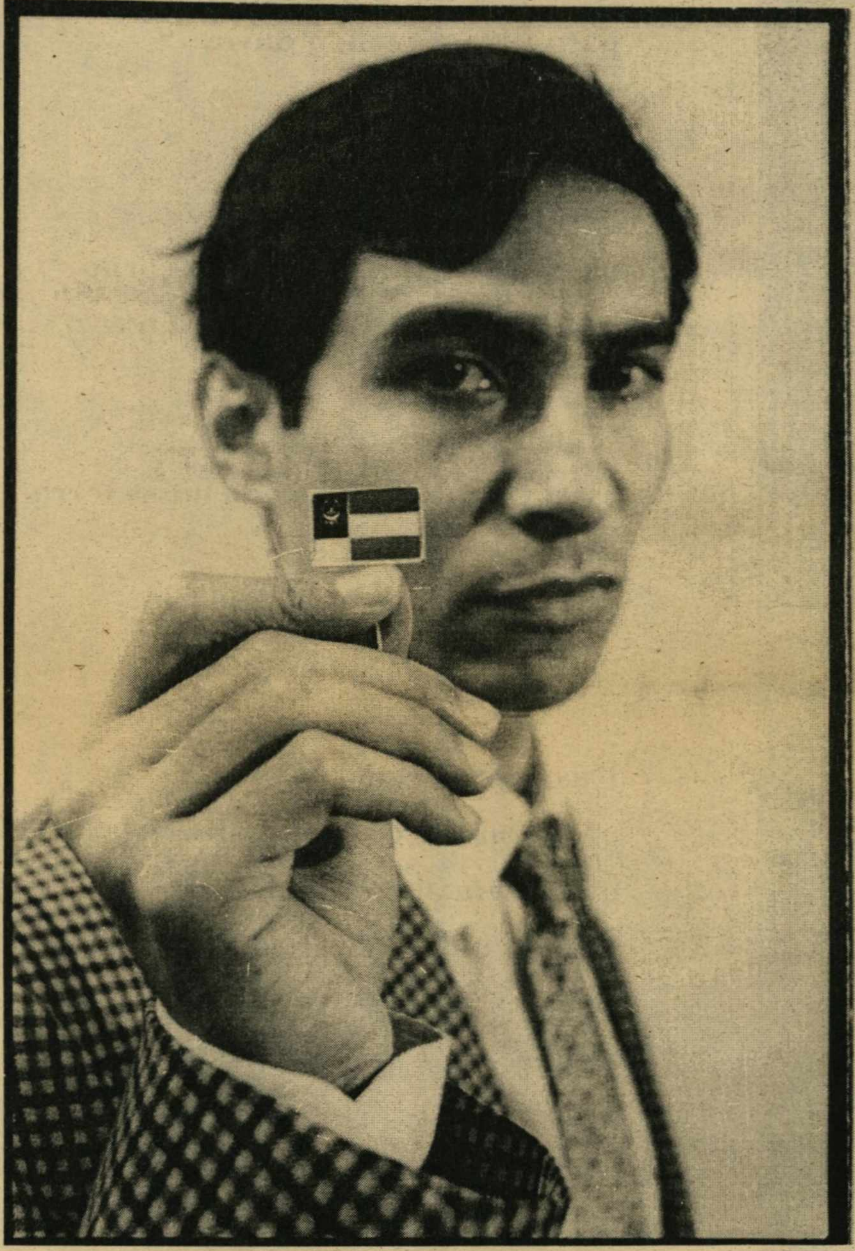
**Pais desesperados
procuram os corpos destroçados dos seus filhos
que jazem algures em Timor
Quem cuidará dos nossos corpos sem vida?
Regam com lágrimas
as flores que deitaram sobre as tumbas
descampadas.
Quando chegar a nossa vez de desaparecer
do vosso lado
lembrem-se ao menos de nós.**

**Com o nosso sangue
escrevemos a história da nossa terra.
Com as nossas vidas
reconstruiremos a nossa terra
para os nossos vindouros.**

Xanana Gusmão

ADVOGADO DA CAUSA

Representante em Macau da Resistência Timorense, Francisco Nicolau contou a RAI TIMOR pormenores do seu percurso político. E a postura que assume na luta pela independência de Timor. Só não gosta é de falar de si próprio.



FRANCISCO Nicolau gosta pouco de falar de si e evita mesmo falar na primeira pessoa. Prefere fazê-lo na terceira pessoa e identificar-se com o colectivo de um povo que tem um sonho em comunhão: uma Pátria livre - Timor! Considera-se um tipo reservado e conservador que não gosta de dar nas vistas e prefere manter um perfil baixo.

Seja como for, as funções que ocupa num partido político timorense, vice-presidência União Democrática Timorense (UDT) e a representação aisiática da resistência, justificam que se comprometa ao diálogo com a Comunicação Social. Sobretudo nesta fase do processo de luta pela liberdade do povo timorense, em que foi dado um novo impulso à projecção internacional da causa, na sequência da atribuição do galardão da paz a Ximenes Belo e a Ramos Horta pelo Comité Nobel. É claro que o seu desempenho político leva-o a focalizar o diálogo nessas questões, de algum modo tentando dirigir a conversa para os seus interesses.

Situação, de resto, típica de muitos militantes políticos que preferem destacar a parte visível do seu comprometimento com determinada ideologia, descartando as outras motivações, certamente tão humanas e nobres nobres como essa. Não é só a dimensão política que o amarra à vida mas, aos seus olhos, todas as outras razões são mais banais para o recorte que pretende transmitir à sua comunidade e aos leitores em geral. As poucas coisas que Francisco Nicolau revela sobre a sua vida profissional e pessoal são a actividade forense e a perspectiva de paternidade dentro de alguns meses. Admite, com alguma relutância, os sacrifícios que a sua vida profissional e o seu casamento sofrem com a dedicação à causa timorense. Ficamos a saber que a mulher de Francisco Nicolau é uma profissional de saúde e que esperam o primeiro filho para o próximo mês de Maio. Do que aproximou estes consortes, fica-se com a sensação que não foi propriamente a causa timorense. Mas, Francisco Nicolau esquiva-se a falar dessa sua dimensão humana.

INFÂNCIA DIVIDIDA

O jovem, hoje com 36 anos, que saíu de Timor com os pais e quatro irmãos, um ano antes da eclosão dos partidos políticos timorenses e da luta pelo poder, na sequência do 25 de Abril de 1974, guarda da terra natal as melhores memórias que todos os adultos guardam duma infância feliz e sem sobressaltos. Dói-lhe a ausência de quase todos os colegas de escola primária que tombaram no conflito armado que opôs as facções rivais timorenses e a subsquente invasão indonésia. Entre os pequenos com quem Francisco Nicolau fez muitos jogos infantis no recreio da escola contam-se mártires inocentes dessa luta, como uma das irmãs de Ramos Horta. Menos trágica, a ausência dos seus companheiros do primeiro grupo de escuteiros da Igreja de Motael que sobreviveram às balas indiscriminadas. Desses, guarda Francisco Nicolau a nostalgia do tempo irrecuperável que partilharam e a certeza de os saber vivos, apesar de distanciados.

Francisco Nicolau nasceu dum casamento misto, entre um português metropolitano e uma timorense. Como ele diz «em Timor nunca houve racismo, nunca os filhos de casamentos mistos foram discriminados ou se sentiram excluídos em quaisquer circunstâncias, e sempre conviveram pacificamente no território os indígenas e as diferentes etnias que por lá se fixaram». Nicolau considera que foi beneficiado pelo facto de o pai ser um funcionário público, o que significava pertencer a uma certa elite social. Apesar de ter vivido os primeiros anos em Díli, Francisco Nicolau realça o facto de ter nascido na montanha mais alta de Timor Oriental, o monte Ramelau. A relativa abundância da sua casa paterna e a tranquilidade material que lhe foi proporcionada nem por isso deixaram de influenciar a opção pelos largos anos que integrou o escutismo, tanto em Díli como em Lisboa.

CORPO ESCUTA

Francisco aprendeu uma disciplina própria nas patrulhas de escuteiros que integrou. Aprendeu a ser autónomo e a sobreviver sozinho nas condições adversas que fazem parte do treino dos escuteiros. Em mais de uma década de escutismo regular o jovem adquiriu conhecimentos de culinária, orientação pelos astros, socorrismo e hábitos de sobriedade que os anos de militância política e de estudo universitário não perverteram em boémia, ou mais explicitamente, em tabaco e bebidas excitantes. Ao longo das horas de conversas que mantivémos a única coisa que consumiu foi uma bica. Aliás, a aparência morfológica de Francisco Nicolau mostra fortes indícios de alguma austeridade.

> Entre os pequenos com quem Francisco Nicolau fez muitos jogos infantis no recreio da escola contam-se mártires inocentes dessa luta, como uma das irmãs de Ramos Horta. Menos trágica, a ausência dos seus companheiros do primeiro grupo de escuteiros da Igreja de Motael que sobreviveram às balas indiscriminadas.

Porém, a prática do escutismo ensinou-lhe, sobretudo, e como ele diz, a «camaradagem». Que lhe moldou a atitude que hoje mantém com os outros membros da comunidade timorense com os quais sustenta divergências políticas. Talvez as mais profundas sejam justamente as questões relacionadas com modelos de sistemas mais ou menos conotados com a tradicional divisão entre direita e esquerda. Ou seja, o socialismo, a social democracia ou até modelos mais liberais. Apesar de hoje a luta timorense organizada e reconhecida formalmente congregar dois partidos políticos, a UDT e a FRETILIN, de raízes ideológicas bem distintas, mais a organização suprapartidária de vida mais recente que é o CNRM, Francisco Nicolau admite que «temos que tolerar a existência de grupos que defendem a autonomia à sombra da bandeira indonésia». Claro, em nome da democracia e do pluralismo. Porém, apesar da urgência de unir esforços, o vice-presidente da UDT não esconde a distância que existe entre os princípios da resistência, de intolerância a qualquer contacto directo com o regime repressivo e totalitário da Indonésia, e o que tem sido a prática de conivência com Jacarta por parte de outros grupos organizados, sobretudo comandados por interesses materiais.

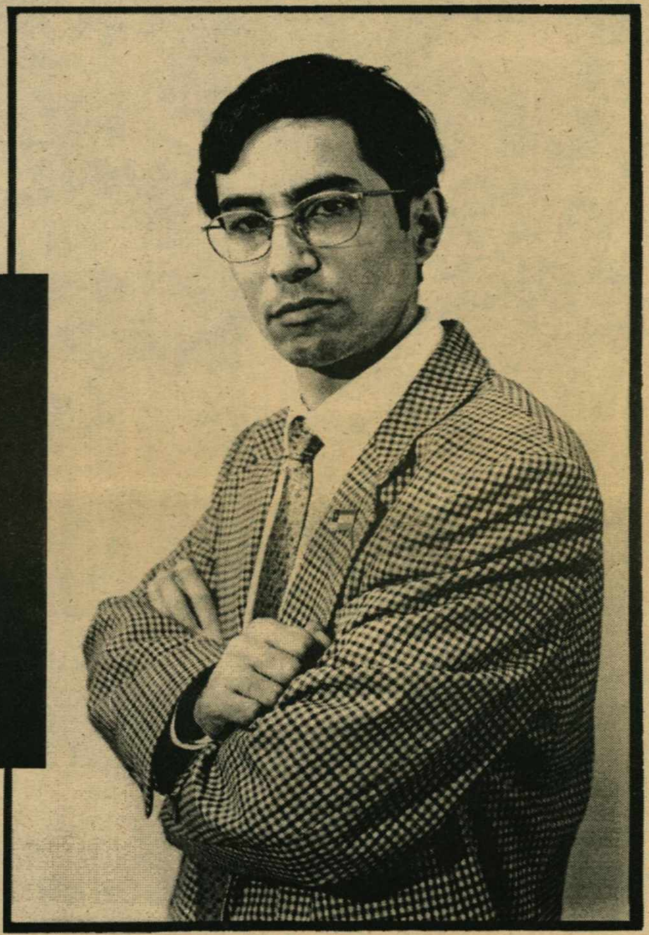
MILITÂNCIA CONSERVADORA

Igualmente distanciadas foram as posições que cada partido político tomou em questões religiosas. A FRETILIN, identificada com o modelo pró-soviético, começou por combater os padres. A UDT, pelo contrário, sempre esteve próxima da igreja católica. Aliás, como diz Francisco Nicolau, «a maioria dos primeiros militantes da UDT vinha de uma camada de funcionários públicos, por natureza conservadora, com laços fortes à cultura judaico-cristã dos portugueses». A bem dizer, sem qualquer esforço, Francisco desenvolveu-se neste meio e chegou mesmo a ser acólito em muitas celebrações eucarísticas.

Desde sempre ligado a militantes da UDT, o jovem cedo estabeleceu conhecimento com os destacados dirigentes do partido. De resto, nos primeiros tempos a seguir ao 25 de Abril os retornados e refugiados timorenses que chegavam a Lisboa e engrossavam a comunidade do Vale do Jamor eram quase todos da União Democrática Timorense. Conta Francisco Nicolau que nos primeiros anos da sua adolescência, muitas e muitas vezes foi levado pelo pai e pelos amigos às barracas do Jamor, sobretudo em missões de solidariedade.

Nessa época, o objectivo número um era a integração e a sobrevivência, pouco espaço havendo para actividades políticas organizadas. Apesar de alguma organização desde 1976, só anos mais tarde a UDT se reestrutura e vem a realizar o seu segundo congresso, já em finais de 1993, simbolicamente no interior do Padrão dos Descobrimentos. Antes disso, em 1992, foi criado o Comité Portugueês da UDT, que abriu caminho aos passos seguintes. De resto, a pouca actividade internacional do grupo ao longo desses anos terá sido uma das razões que permitiu à FRETILIN reivindicar, até 1993, o papel de único representante do povo timorense. A União Democrática havia sido fundada em Díli em Maio de 1974, tendo nessa cidade realizado o seu primeiro conclave e aprovado os seus primeiros estatutos.

PELOS DIREITOS



Foi no congresso extraordinário do Padrão dos Descobrimentos que o jovem advogado foi escolhido para uma das quatro vice-presidências do partido, juntamente com Milena Pires, Zacarias da Costa e um outro cujo nome não pode ser revelado por se encontrar em Timor. Desde 1992, poderá dizer-se, transformou-se a vida de Francisco Nicolau. Se já dedicava muito tempo a actividades ligadas à causa timorense, com participação em conferências, actividades culturais e recreativas em Portugal, passa então a sair para o exterior. Por várias vezes deslocou-se a Nova Iorque, à sede das Nações Unidas, onde conheceu Ramos Horta. Participou igualmente em vários encontros realizados na Austrália e em capitais europeias. Em toda essa actividade, Nicolau privilegia o debate sobre a defesa dos Direitos do Homem e o estatuto de Timor no direito internacional. Nessa altura ganha alguma expressão uma associação luso timorense, a ALTIC, dedicada a promover informação e cultura, e proprietária de uma publicação periódica, o Kaibauk, em que Francisco Nicolau colabora.

Apesar da dimensão da comunidade timorense em Portugal, o último recenseamento indicou perto de duas mil pessoas, segundo Francisco Nicolau, «a UDT mantém o maior número de militantes, cerca de duas centenas, e é tradicionalemnte considerado um partido mais popular do que a FRETILIN». Tal implantação, segundo o líder político, «deve-se em parte à simpatia dos membros da igreja com o nosso projecto e à escolha dos símbolos do partido que têm grande significado tradicional em Timor».

A tendência conservadora do partido, para além da religiosidade católica e dos ideais de lusitaneidade dos seus responsáveis, é também visível no papel tradicionalmente activo masculino em desfavor do feminino. O facto de haver uma mulher a ocupar uma vice-presidência, como refere Francisco Nicolau, é um mero acaso. De resto, Milena Pires tem distribuída a pasta que se relaciona precisamente com os problemas das mulheres e com as questões das minorias.

Olívia Figueiredo
em Macau

ATÉ SEMPRE, TIMOR!

Mónica Pereira foi a última jornalista portuguesa a visitar Timor. Em exclusivo para o RAI TIMOR, este texto oferece-nos algo do que viu e sentiu.

NOS jardins da igreja de Balide, em Díli, durante as abrasadoras tardes de Primavera, reúnem-se grupos de meninas e meninos para, juntos, sentados à sombra das árvores, recitarem cantos religiosos. Em *Tetum*. É em locais como aquele que descobrem não só o sentido das palavras fé e solidariedade mas também a identidade do seu povo. Timorense. Estes mesmos meninos e meninas falam *bahasa*, aprendem a ler com professores indonésios, vestem uniformes brancos e encarnados (cores da bandeira de Jacarta) e dão-se com os colegas transmigrados. Sempre que podem, os meninos e meninas de Díli, muitos deles franzinos e subalimentados, postos frente a uma máquina de fotografar, fazem o sinal da vitória com as mãos. Apenas dois dedos levantados em forma de V.

Por vezes um destes meninos passa do símbolos à acção. É assim que se entende a história, contada de forma sigilosa, de um menino de cinco anos que desafiou os militares indonésios quando estava internado numa enfermaria do Hospital de Díli. Um dia, ao receber a visita do pai, algemado e acompanhado por dois soldados, o menino disparou: «Porque vocês não usam as armas para matar animais?»

Em casa, em geral humilde, diz-se aos meninos e meninas de Díli que nas montanhas umas centenas de timorenses estão a sacrificar as suas vidas por eles, pelo povo. Cedo, estes meninos e meninas familiarizaram-se tanto com a guerilha como com a resistência pacífica - aquela que lhes é ensinada na missa, na catequese. Alguns, quem sabe, invejam os meninos e meninas que nasceram nas grutas dos guerrilheiros, falam português e traçaram as primeiras letras em velhas ardósias, usando bambus como lápis.

Nas ruas de Díli, entre as plantações, as árvores de fruto e o mar, meninos e meninas brincam e aprendem a chamar inimigos aos homens fardados e armados que se espalham pela cidade e muitas vezes assaltam os seus lares. À medida que vão crescendo, hoje, como nos últimos 21 anos, ficam a conhecer os segredos de muitas famílias de resistentes: dos torturados, dos presos, dos mortos, dos desaparecidos. E escolhem para ídolos os mártires e os heróis da ilha.

Mais tarde, os meninos e meninas de Díl escreverão nos muros da capital timorense frases de protesto e saberão dizer, em português: liberdade para Timor Leste!

Mónica Pereira

> Um dia, ao receber a visita do pai, algemado e acompanhado por dois soldados, o menino disparou: «Porque vocês não usam as armas para matar animais?»

BARBEDO DE MAGALHÃES

FUI O PRIMEIRO TRAIDOR

Barbedo Magalhães, uma das vozes mais credíveis nos bastidores da luta pela causa timorense, abre o jogo ao RAI TIMOR. Aponta as culpas de Portugal, lê as mudanças no mundo e na própria Indonésia. Quer mais luta, mais apoios e mais diplomacia. «Traidores há muitos», desdramatiza, ou «estariam todos mortos».

Barbedo Magalhães dá o benifício da dúvida a Jaime Gama, mas lembra que o Governo português manchou a festa do Nobel da Paz ao não declarar, de forma inequívoca, o apoio financeiro a acções de solidariedade da resistência timorense. Acredita que Timor pode ser independente até ao ano 2000.

Defende ainda que o actual Governo norte-americano, presidido por Bill Clinton, revelou uma política mais favorável a Timor-Leste, embora não tenha ainda feito tudo o que deve, nomeadamente ao não revelar um apoio claro ao emergente movimento pró-democrático (PDI) que pode ser o parceiro para o diálogo, na Indonésia, no próximo século.

As célebres jornadas de Timor-Leste que organiza, desde 1989, vão passar a ser feitas em todas as univesidades portuguesas. Entre Fevereiro e Março do próximo ano, Barbedo Magalhães vai promover várias conferências nos Estados Unidos, no sentido de sensibilizar os políticos, intelectuais e governantes para a causa de Timor.

Este professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto é uma das vozes mais respeitadas nos meios académico e político português, entre os que lutam pela independência de Timor-Leste.

RAI TIMOR - Porque que se dedica desta forma activa a Timor-Leste?

Barbedo Magalhães - Acho que o que se passa em Timor é da responsabilidade internacional. Qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, tem a ver com o drama de Timor, uma vez que se trata das consequências de uma ocupação ilegítima, ilegal e brutal por uma potência estrangeira. Compete assim à comunidade internacional repôr a legalidade internacional, obrigando as forças ocupantes a retirarem do território e a criarem condições para a auto-determinação. Primeiro, é como cidadão do mundo que me ocupo da questão de Timor. Em segundo lugar, é como cidadão nacional, já que Portugal é potência administrante e, como tal, tem particulares responsabilidades na criação de condições para a auto-determinação de Timor-Leste. Em terceiro lugar, haverá eventualmente alguns factores pessoais, nomeadamente o facto de ter estado em Timor em 1974-75, altura em conheci um povo maravilhoso ao qual nos ligam laços históricos e culturais. Conheci muitos timorenses, a maior parte dos quais foram assassinados pelas forças de ocupação, mesmo aqueles que eram do partido pró-integração (APODETI).

R.T. - Que diferenças nota entre a sua atitude e a de outros políticos que viveram em Timor Leste, como Carlos Candal (eurodeputado do PS) e Ângelo Correia (ex-deputado do PSD)?

B.M. - (sorriso) ... Bom, eu reconheço o meu empenhamento na questão de Timor, não conheço igualmente o empenho das duas pessoas em causa. Já tiveram, em períodos específicos, responsabilidades como parlamentares. O Dr. Carlos Candal, na altura em que chegou a chefiar a Comissão Eventual da Assembleia da República para Timor-Leste, teve um papel importante na viabilização da Conferência Internacional de Parlamentares de Lisboa. O que é importante. O ex-deputado Ângelo Correia esteve indigitado para chefiar a missão de parlamentares portugueses que deveria visitar Timor em 1991, na altura em que, à última da hora, a visita foi cancelada, originando manifestações que os ocupantes converteram no massacre de Santa Cruz.

> Isto para dizer que aprendi, à minha própria custa, que em certas circunstâncias de opressão a mentira e a traição são inevitáveis. Daí que eu compreenda aqueles que por vezes são acusados de traição. Já ouvi serem chamados de traidores muitos timorenses, e eu digo: aqueles que nunca trairam estão mortos.

R.T. - Considera eficaz a actividade da Comissão Eventual para Timor-Leste? Entende que há acividades importantes visíveis?

B.M. - A Comissão fez duas coisas: em 1982, quando foi criada, teve um papel crucial, porque nessa altura o Governo preparava-se para uma derrota nas Nações Unidas e dizia-se já cansado de tudo ter feito para a evitar. Mas, efectivamente, quando se criou a primeira comissão eventual, há 14 anos, uma delegação dessa Comissão foi à Austrália onde contactou com refugiados e concluiu que em Timor tinha havido um genocídio. E foram os mesmo deputados do partido governamental da altura que vieram denunciar na Imprensa o massacre de 300 mil pessoas, ao longo da presença indonésia. Na sequência disso, essa mesma missão esteve nas Nações Unidas e ouviu as delegações de vários países dizendo que tinham recebido muitos relatórios sobre o desenvolvimento que os indonésios estavam a promover em Timor-Leste. Do lado português, diziam, não recebiam informação nenhuma. Então o Governo viu-se desmascarado, e enviou parlamentares e personalidades várias de 40 países para se tentar salvar uma resolução das Nações Unidas. O que foi conseguido, *in extremis*, com quatro votos de diferença.

Depois disso acho que foi importante a realização da Conferência Internacional de Parlamentares em Lisboa. A outra foi uma conferência realizada em Fevereiro deste ano pela Universidade do Porto, também em Lisboa, onde esteve um deputado brasileiro chamado Mário Miranda. Ele movimentou os parlamentares brasileiros para, em Março deste ano, concretizar o Grupo Parlamentar de Soldariedade com Timor, no Congresso brasileiro. Estes são os resultados positivos.

R.T. - Quais são os lapsos da Comissão Eventual?

B. M. - Há muitos. Há muitos anos que fazia parte dos programas da Comissão Eventual fazer um livro branco sobre violações dos direitos humanos em Timor; promover a realização de um filme sobre Timor e várias outras iniciativas que, infelizmente, ainda não se concretizaram.

R.T. - Mesmo com os trabalhos que desenvolve em relação a Timor ainda tem tempo para dar aulas?

B. M. - Tenho e dou aulas com muito gosto.

R.T. - Recebe apoio da comunidade académica?

B.M. - Sim, sim... Aqui na Faculdade de Engenharia do Porto tenho encontrado apoios enormes dos meus colegas do departamento de Engenharia Mecânica, da Direcção e, nomeadamente, do director. Sinto um ambiente de franca cooperação.

R.T. - Nos últimos anos fomos assistindo a uma mudança de posição por parte de alguns protagonistas deste processo. Alguns passaram pelas jornadas de Timor-Leste da Universidade do Porto. Alguém em particular o desiludiu com o passar destes anos todos?

B.M. - Não posso falar em desilusões. Compreendo que na situação que se vive em Timor é muito difícil permanecer firme e nunca atraiçoar a causa. Ainda recentemente, em Lisboa, quando por iniciativa do Movimento Cristão para a Paz e da Universidade do Porto se deu início a uma acção de formação para a democracia em Timor-Leste, eu comecei por dizer que se havia naquela sala alguém que a tinha traído. Esse alguém era eu. Porque embora tenha tomado posições públicas, escritas e assinadas, quando era jovem estudante, contra o colonialismo português - e fi-lo, nomeadamente em 1975, na qualidade de católico;- apesar disso, dizia, quando chegou a oportunidade de entrar como assistente para a Faculdade de Engenharia, em 1968, assinei um papel como todos os funcionários públicos, onde declarei que aceitava e respeitava a ordem estabelecida. O que obviamente era uma mentira e, de certo modo, era uma traição aos meus ideais, aqueles pelos quais sempre me bati. Isto para dizer que aprendi, à minha própria custa, que em certas circunstâncias de opressão a mentira e a traição são inevitáveis. Daí que eu compreenda aqueles que por vezes são acusados de traição. Já ouvi serem chamados de traidores muitos timorenses, e eu digo: aqueles que nunca trairam estão mortos. Uma das coisas mais horríveis das ditaduras é tentar obrigar toda a gente a ser desonesta, mentirosa; a ser traidora, para poder sobreviver. Isso leva-me a ter grande compreensão para com aqueles que às vezes aparecem aí nos jornais identificados como traidores. Eles terão as suas razões, pois as pressões são muitas e a situação deles, das famílias e dos amigos pode levá-los a abandonar o rumo que a certa altura seguiram. Eu não fico decepcionado com isso. Posso, às vezes, ficar um pouco triste, porque as circunstâncias levam algumas pessoas a mudar de campo. Ou, aparentemente, a mudar de campo, porque muitas vezes talvez não mudem de facto.

R.T. - Pode nomear algumas dessas pessoas?

> A atribuição deste prémio chama a atenção mundial para o problema de Timor, sem fazer correr sangue em Timor. Sempre dissemos que não podia ser com massacres; não podia ser pelo sangue em Timor que essa questão tinha que ser divulgada.

B.M. - Preferia não nomear, merecem-me todas elas respeito e, portanto, se quer mencionar um traidor, mencione-me a mim.

NOBEL MANCHADO

R.T. - Qual a importância da decisão histórica de atribuir o Nobel da paz a D. Ximenes Belo e a Ramos Horta?

B.M. - Diz bem, é uma decisão histórica, eu diria que foram as melhores notícias sobre Timor nos últimos 20 anos. A atribuição deste prémio chama a atenção mundial para o problema de Timor, sem fazer correr sangue em Timor. Sempre dissemos que não podia ser com massacres; não podia ser pelo sangue em Timor que essa questão tinha que ser divulgada. Tinha que ser por outras vias; tinha que ser quem está cá fora a organizar iniciativas, a tomar decisões que chamassem a atenção para a questão. E esta decisão do Comité Nobel foi importantíssima porque, sem provocar vítimas, trouxe a questão de Timor para as primeiras páginas em todo o mundo.

R.T. - É essêncial capitalizar o Nobel durante o próximo ano, mas o Governo português levou tempo a diponibilizar meios financeiros que apoiem a resistência no exterior. E só o fez depois de terem sido divulgadas várias declarações equívocas sobre o assunto...

B.M. - Há pouco falava do apoio que tenho encontrado entre colegas; entre timorenses; da soliariedade internacional. Mas não falei do problema dramático que tem sido ao longo de todos estes anos arranjar verbas, seja para o que for. Aconteceu numerosas vezes sabermos de timorenses que estavam presos, ou que poderiam ser presos ou torturados e mortos. Com algum dinheiro seria possível libertá-los e, eventualmente, fazê-los deixar o território. Também recebemos apelos vindos de participantes não timorenses em iniciativas da Universidade do Porto que corriam riscos e precisavam de apoio para serem salvos da prisão e da tortura. Nunca foi possível dar resposta, em tempo útil, a esses apelos. Por falta de fundos e por falta de uma estrutura flexível, do tipo fundação, ou outra, que pudesse dar resposta a tempo e horas como era necessário. Chegam-nos também apelos relativos à situação de crianças orfãs, ou que nem sabem se são ou não orfãs, pois os pais simplesmente desapareceram. Podem ter sido presos, torturados e mortos, como acontece a tantos; ou podem ter fugido, mas crianças nem sequer sabem se têm pais e andam perdidas sem abrigo. Quem eventualmente as encontre e proteja tem dificuldades financeiras para as suportar. Chegam-nos apelos destes frequentemente e não tem sido possível dar-lhes a devida resposta....

R.T. - E está a dizer que o

Portugal não dá essa resposta?

B. M. - Não dá. Tanto quanto eu saiba não. E isso, para mim, é uma coisa que dói imenso, que eu não compreendo e não aceito.

R.T. - Se bem me apercebo, considera que os sucessivos governos foram perdendo tempo. Este procura atalhar caminho, da melhor ou da pior forma?

B.M. - Acho que o facto de se ter criado a Comissão Interministerial para acolhimento e inserção da comunidade timorense é muito importante, mas está longe de resolver o problema. Infelizmente, foi um erro estratégico grave deste Governo não ter logo atribuído verbas significativas nem ter viabilizado, em conjunção com a sociedade civil portuguesa, a criação de uma fundação nacional, ou organização internacional, para a recolha de fundos. Para viabilizar a acção diplomática e cívica da resistência; para viabilizar as obras de solidariedade social da igreja de Timor e tantas outras iniciativas. E que no plano político, diplomático, cultural e social são imprescindíveis. Esse foi um erro estratégico. Temos, numerosas vezes, chamado a atenção para o gravíssimo erro que isso representa. Lamentamos que a atribuição do Prémio Nobel da Paz tenha sido manchada em Portugal por tantos equívocos e indecisões relativamente às questões do financiamento e da criação de estruturas flexíveis para viabilizar iniciativas sobre Timor. Espero que esses problemas sejam ultrapassados a curto prazo e seja possível, com serenidade e bom senso, encontrar as soluções que melhor sirvam a causa de Timor. Eu e a Universidade do Porto sempre privilegiamos os métodos pacíficos e o diálogo como via de resolução para todos os conflitos. Essa é a aposta. Nunca privilegiamos a acção armada, ainda que consideremos totalmente legítima a luta do povo de Timor contra a ocupação indonésia, em todas as vertentes... Aliás, o Direito Internacional prevê as formas armadas de intervenção para repôr a legalidade violada. Há legitimidade para isso... Mas, por um lado, não me parece ser de privilegiar os meios militares, em caso algum. Por outro lado, porque nas actuais circunstâncias isso acabaria por ser um mau serviço para a causa de Timor-Leste.

R.T. - Mas a resistência, se calhar, necessita de outro tipo de apoio.

B.M. - Ora, há outro tipo de apoio que a resistência precisa. A maior parte da resistência em Timor é cívil, cívica, e a luta de Timor pela sua auto-determinação é sobretudo diplomática.

R.T. - Que tipo de apoio é que podem fornecer no terreno?

B. M. - Se se tratasse das crianças orfãs, ou que não sabem se o são; se se dessem bolsas de estudo aos estudantes que as perdem por repressão política; se se apoiassem os ex-prisioneiros políticos timorenses que depois não conseguem emprego e passam fome; se se ajudasse à formação de professores de português, como foi insistentemente pedido por timorenses participantes nas Jornadas de Timor organizadas pela Universidade do Porto, em Junho deste ano em Sidney; tudo isso seria um bom serviço à causa de Timor. E isso não tem nada que ver com a componente armada da resistência, que aliás é uma componente bastante reduzida, ainda que com significado muito grande para o povo de Timor.

> (…) por um lado, não me parece ser de privilegiar os meios militares, em caso algum. Por outro lado, (…) nas actuais circunstâncias isso acabaria por ser um mau serviço para a causa de Timor-Leste.

NOVA RESOLUÇÃO NA ONU

R.T. - Portugal tem agora uma visibilidade diplomática externa excepcional. É membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, lugar que ocupa em Janeiro próximo. E Freitas do Amaral saíu recentemente da Presidência da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Que utilidade e efeitos práticos espera para a causa de Timor?

B. M. - Acho que é um momento que abre possibilidades de se avançar com uma nova política nas Nações Unidas. Eu creio que já é tempo de dar um passo significativo e não continuar amarrado a uma resolução tomada em 1982, há já 14 anos. Foi útil na época, mas neste momento eu creio que é possível fazer mais, caso haja um trabalho diplomático preparatório tão intenso, inteligente e eficaz como o que houve para que Portugal chegasse ao Conselho das Nações Unidas. Considero ser possível aprovar uma resolução, no próximo ano, que seja mais clara do que a de 1982. Essa resolução deve recordar as anteriores posições do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU sobre Timor e conduzir, como já foi proposto pela resistência, ao pedido de uma opinião consultiva no Tribunal Internacional da Justiça de Haia sobre a auto-determinação de Timor: se já teve lugar ou não... Enfim, qual será a consequência e a responsabilidade da comunidade internacional caso o Tribunal conclua que não houve auto-determinação em Timor... O que me parece ser uma conclusão óbvia.

Portanto acho que estão criadas condições, que o Nobel potencia, para que a Assembleia Geral da ONU possa aprovar uma resolução muito mais favorável à questão de Timor do que a de 1982, que deu lugar ao diálogo tri-partido (Nações Unidas, Portugal, Indonésia). Diálogo esse que tem tido alguma utilidade política para manter a questão em aberto, mas sem consequências práticas quase nehumas para o povo de Timor-Leste. É preciso avançar mais e há condições para isso. As recentes vitórias de Portugal no Conselho de Segurança, a presença de Freitas do Amaral à frente da Assembleia Geral e a atribuição do Prémio Nobel da Paz a dois ilustres timorenses potenciam essa linha que a resistência timorense já defendia mesmo antes da atribuição do Nobel.

TIMOR E A CPLP

R.T. - A constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) pode ser útil para Timor?

B.M. - Pode ser extremamente útil e já o foi. O facto do presidente do Brasil, que nunca se tinha pronunciado a favor da auto-determinação de Timor-Leste, se sentir obrigado a fazê-lo na reunião constitutiva da CPLP é, só por si, uma vitória...

R. T. - Mas depois o presidente Fernando Henriques Cardoso recebeu em Brasília o ministro indonésio Ali Alatas....

B.M. - Eu creio que não se pode pretender, nesta fase, que o Governo da Indonésia seja marginalizado. A comunidade internacional ainda não decidiu nenhum boicote à Indonésia. E enquanto não o fizer é evidente que, tratando-se de um mercado de 200 milhões de pessoas, interessa a todos os governos de todo o mundo. Acho é que é preciso um avanço político; um empenhamento político no sentido de ser resolvida a questão de Timor-Leste, pelo diálogo, no seio da ONU. Ainda que se tenha de comprender que os governos de todo o mundo necessitam de estabelecer relações, quanto mais não seja por razões comercias, ou outras, mesmo quando esses governos são muito, pouco, ou nada democráticos....

R.T. - Mas entende que o Brasil, e esteve lá recentemente, dá sinais de poder mudar o rumo político nesta matéria.

B.M. - Acho que sim. Devo-lhe dizer que quando estive no Brasil com o representante da resitência timorense em Portugal, Roque Rodrigues, e depois com um democrata indonésio, e um membro da solidariedade portuguesa, o padre Baptista, nós fomos recebidos em Brasília pelo presidente do Senado e ex-presidente da República, José Sarney. Na ocasião disseram-nos: parece que parte amanhã uma delegação de parlamentares brasileiros para visitar a Indonésia. Falámos a José Sarney sobre a necessidade dessa missão levar membros do grupo parlamentar pró-Timor do Congresso brasileiro. E sobre a importância de uma visita a Xanana Gusmão... Deu-nos todo o apoio, informando que apoiava a causa de Timor-Leste e, inclusivé, defendia a visita da delegação brasileira a Xanana Gusmão.

Já depois de ter estado no Brasil, onde foram criados vários grupos de solidariedade, em praticamente todas as Universidades por onde passámos - só em Brasília contavam-se três -, soubemos que no próximo dia 20 de Novembro vai ser criado na Pontifícia Universidade Católica de Campinas um movimento inter-universitário de solidariedade com Timor-Leste. E nessa altura o Bispo Ximenes Belo e o Dr. Ramos Horta serão destinguidos com o título *Honoris Causa*. Está ainda previsto que o Dr. Ramos Horta seja recebido, na mesma altura, pelo presidente Fernando Henriques Cardoso, pelo presidente do Senado, José Sarney, e pela Comissão de Relações Externas do Senado. O que é muito significativo. Aliás, o ministro Ali Alatas foi recebido com pouca pompa, muito pouca pompa... Trataram dos negócios que tinham a tratar mas evitaram grandes manifestações de júbilo com a sua presença.

R.T. - O movimento pró-democrático indonésio, liderado pelo PDI de Sukarnoputri, abre boas perspectivas para Timor-Leste?

B.M. - Esse movimento é favorável, obviamente. Embora algumas pessoas lembrem que a senhora Megawati Sukarnoputri, do PDI, já disse que considerava Timor como parte integrante da Indonésia. Lembro também que, em Sydney, estivemos com elementos do Partido Democrático e, na ocasião, a senhora Megawati ainda não tinha feito essas declarações sobre Timor. Mas já então toda a gente percebia que ela não poderia afirmar outra coisa, mesmo que o pensasse. Se ela dissese outra coisa era tratada como traidora e havia um pretexo para a prender. Portanto, ela tem que ter alguma prudência com o que diz... E mesmo que não pense que Timor é parte integrante da Indonésia não tem outra alternativa senão dizê-lo, sob pena da sua carreira política acabar.

R.T. - Quando Ramos Horta soube que tinha sido distinguido com o Prémio Nobel da Paz disse que Timor-Leste iria ser independente até ao ano 2000. Partilha desse optimismo?

B.M. - Há cerca de três anos, o professor Ben Anderson, da *Cornell University* - Estados Unidos, em conferências organizadas pela Universidade do Porto, disse isso mesmo. Mais tarde ele regressou a Portugal e perguntaram-lhe se mantinha essa opinião e ele confirmou-a.

Eu admito que isso seja absolutamente possível, mas não considero que isso seja um dado adquirido. É preciso trabalhar muito; é preciso uma acção diplomática muito intensa, muito incisiva, muito hábil e inteligente para que isso se torne posível. Mas se houver essa acção, se existirem meios e dinâmica na solidariedade internacional, eu acredito que o objectivo seja alcançável. Se não existirem esses meios eu também acredito que o Governo indonésio, na derrocada final, se torne tremendamente violento e que o povo de Timor venha a sofrer muito.

Por isso é preciso dar uma atenção muito grande a Timor, favorecer a ida ao território de jornalistas, de personalidades americanas, japonesas, australianas, europeias, de todo o mundo... Porque na fase terminal deste regime o endurecimento pode vir a ser uma realidade.

Tiago Alves,
em Lisboa

Protelar, protelar, protelar...

Jaime Gamas e Ali Alatas encontram-se, a 21 de Dezembro, para mais uma ronda de negociações sobre Timor-Leste. Barbedo Magalhães mantém-se céptico em relação à possibilidade de avanços concretos, sobretudo pelo tradicional empastelamento por parte da Indonésia.

R.T. - Nota diferenças no exercício diplomático de Durão Barroso e Jaime Gama?

B.M. - Preferia não comparar e esperar um pouco mais para ver. Naturalmente cada um tem o seu estilo próprio, mas espero que entretanto a determinação deste Governo em relação a esta questão se torne claramente visível e que seja possível dar passos significativos. Preferia, neste momento, ainda não fazer uma avaliação do consulado do Dr. Jaime Gama.

R.T. - Admite que 12 meses de trabalho ainda nâo tornaram visível a actividade e estratégia política deste Governo?

B.M. - Em relação aos refugiados timorenses tornaram, e há uma diferença significativa no acolhimento aos timorenses. No plano internacional eu lembraria a extrema habilidade com que o primeiro-ministro fez falar de Timor em Banguecoque, no final de Fevereiro deste ano, na Conferência entre a ASEAN e a União Europeia. Contudo, não há política coerente sem meios financeiros. E por isso é preciso libertar meios financeiros para a criação de fundações ou, eventualmente, outras organizações nacionais ou internacionais - qualquer instituição com flexibilidade para aplicação de verbas que, naturalmente, não serão apenas suportadas pelo Estado, pois devem também ser angariadas junto da sociedade civil portuguesa. Enquanto isso não se concretizar , há uma mudança que é necessária e que continua por fazer.

R.T. - Acha que Portugal devia interromper o diálogo?

B.M.- Portugal deve preparar uma nova resolução (ver texto), mas não deve quebrar o diálogo. Se a Indonésia o quiser quebrar que o quebre.

R.T. - O que espera do encontro marcado para o próximo 21 de Dezembro?

B.M. - Para ser franco, não tenho grandes expectativas. O regime indonésio não revela abertura e dá sinais de não ter qualquer maleabilidade política. Está encurralado, perde terreno todos os dias e por isso é cada vez mais incapaz de qualquer abertura. Não estou à espera de grandes acontecimentos. Depois dessa reunião, o Estado português deve tomar uma posição firme e dinâmica. Para que na Assembleia Geral da ONU as coisas se alterem e a Indonésia deixe de ir a estas reuniões prometer o que não cumpre: apenas protelar, protelar e protelar a questão de Timor.

Este espaço pertence-lhe.

Demos-lhe o nome de Livro Branco.

Utilize-o como entender.

Com as suas opiniões, análises e críticas.

PROJÉCTIL OSLO

A ideia era fazer «explodir» ao largo de Jacarta um descargo de consciência com potência suficiente para simular um abalo político... E tudo indica que o Nobel da Paz lançado por Oslo foi bem sucedido. Resta saber que «estragos» provocou junto da comunidade internacional.

CONSTA que no passado dia 11 de Outubro a terra «tremeu» em Jacarta. O caso não era para menos. Nessa manhã, o pacífico reino da Noruega lançava um projéctil certeiro em direcção ao todo-poderoso regime de Suharto. Objectivo: reactivar a luta pela consagração dos direitos humanos numa área do continente asiático onde o princípio do direito à autonomia das nações não é (re)conhecido.

A «declaração de guerra» à política de repressão que vigora, impunemente, há várias décadas na Indonésia (e territórios anexos) partiu do comité responsável pela atribuição anual do Prémio Nobel. Numa inesperada investida, à margem de todas as expectativas, inclusive as mais optimistas, Oslo decidiu conceder o mais cobiçado galardão em prole da paz a dois «ilustres desconhecidos»: Carlos Filipe Ximenes Belo, bispo de Díli, e José Ramos-Horta, porta-voz da Frente Revolucionária de Timor-Leste.

A notícia caiu como uma bomba em solo indonésio, mas os "estilhaços" fizeram sentir-se, sobretudo, na comunidade internacional. A eterna questão de Timor regressava, assim, às luzes da ribalta, numa ofensiva que deixava pouca margem para evasivas.

Com efeito, as reacções ao controverso Prémio Nobel da Paz não tardaram, tendo o mote sido dado pelo próprio ministro norueguês dos Negócios Estrangeiros, que considera a decisão do comité como o reconhecimento do esforço dos dois laureados para encontrar uma solução pacífica para o conflito em Timor-Leste.

Bjoern Tore Godal vai mais longe, fazendo questão de afirmar ao Mundo que a Noruega não fecha os olhos «a incansável luta de um pequeno grupo étnico pelo seu direito a afirmar-se através de uma solução justa, baseada no princípio da auto-determinação e no respeito pela sua cultura».

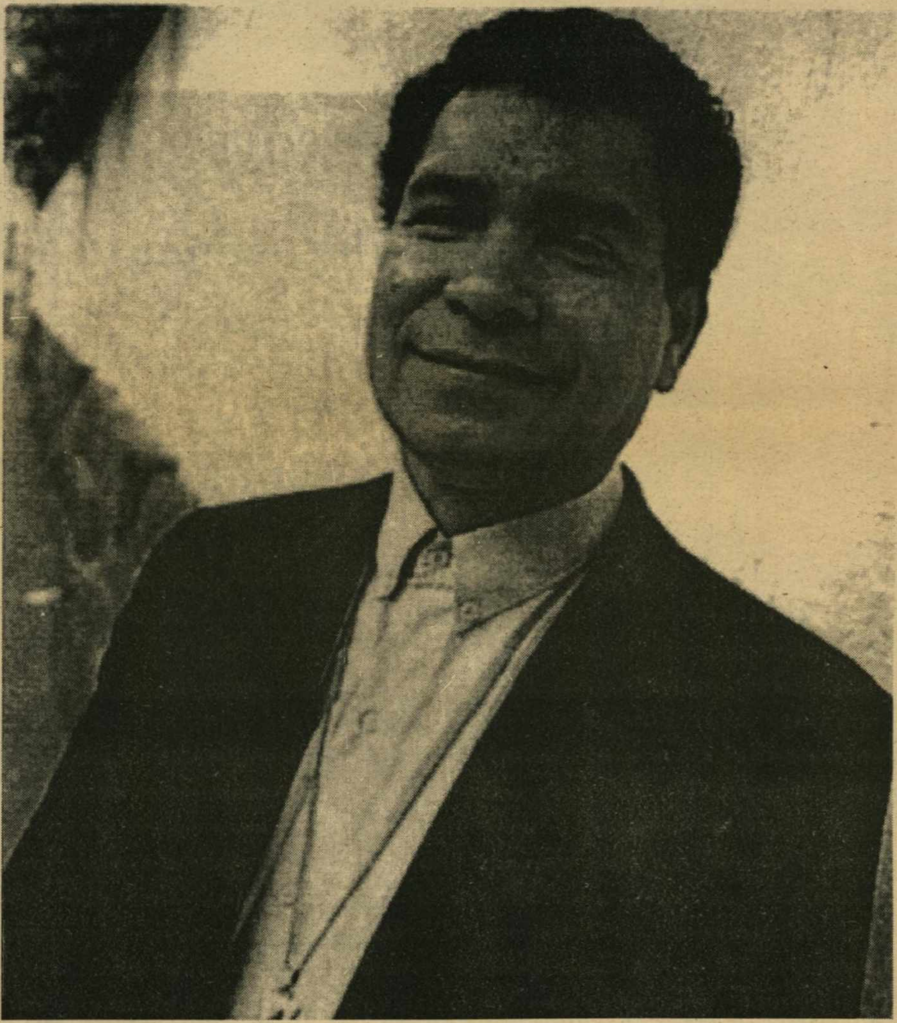
Recorde-se, a propósito, que Oslo tem suportado, activamente, a acção do bispo de Díli em Timor-Leste, através do núcleo norueguês da Cáritas. A prová-lo estão os cerca de três milhões de coroas atribuídas em 1995 e 1996 para a causa dos direitos humanos e para programas de saúde levados a cabo pela Igreja Católica naquela região. «O nosso apoio para estas acções vai continuar», sublinha, de resto, o ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Governo da Noruega não esconde, por outro lado, o desejo de que o Prémio Nobel da Paz deste ano possa contribuir para aliviar o impasse nas negociações entre a Indonésia e Portugal, sob os auspícios das Nações Unidas, e nas conversações internas em Timor-Leste.

OSLO NAS ENTRELINHAS

Embora cauteloso, o discurso de Oslo dá azo às mais radicais leituras. Há mesmo quem o interprete como um sinal evidente do "sim" norueguês à independência da antiga possessão portuguesa.

Isso mesmo é defendido pelo

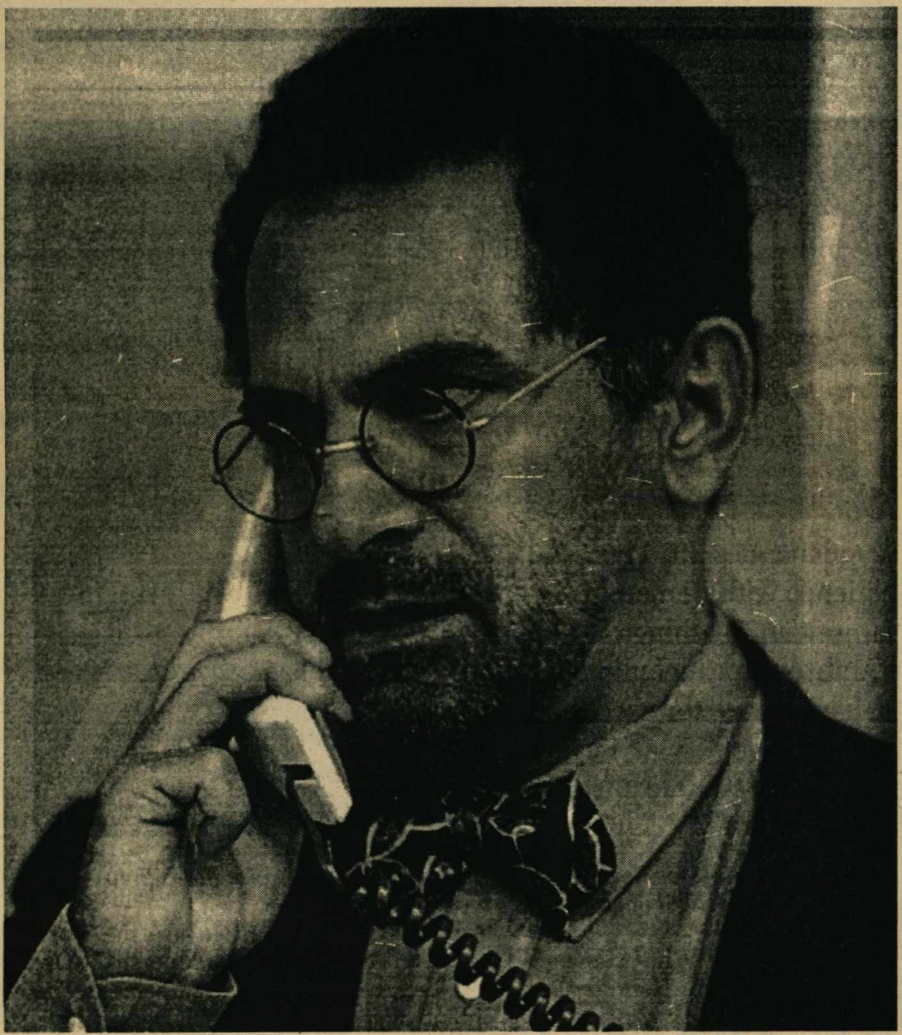


antigo embaixador norte-americano em Jacarta, Robert Barry, para quem a atribuição conjunta do Prémio Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e José Ramos-Horta denuncia «o apoio efectivo da Noruega à independência de Timor-Leste». Em sua opinião, se o comité tivesse querido apoiar uma solução diplomática «teria atribuído o prémio exclusivamente ao bispo Ximenes Belo».

Mais comedida é a reacção do Departamento de Estado norte-americano, a que RAI TIMOR teve acesso através do Consulado Geral dos Estados Unidos em Hong Kong: «Os Estados Unidos esperam que a acção do Comité Nobel possa contribuir para resolver a situação em Timor-Leste».

Evitando entrar em pormenores, o Departamento de Estado norte-americano limita-se a recordar que os Estados Unidos «têm vindo a encorajar, desde há muito, os esforços para encontrar a paz em Timor-Leste. Nesse sentido, os

Estados Unidos apoiam fortemente as discussões directas, com o auxílio do secretário-geral das Nações Unidas, entre a Indonésia e Portugal sobre esta matéria, bem como o diálogo intra-timorenses». Neste capítulo, aliás, a posição oficial da Casa Branca é muito clara: «As conversações entre timorenses com diferentes pontos de vista constituem um ponto indispensável para a resolução do problema».



O AMIGO NEO-ZELANDÊS

Igualmente ligeiro, o discurso neo-zelandês contém, no entanto, mais substância. Em nota enviada a RAI TIMOR o cônsul-geral da Nova Zelândia em Hong Kong, Carl Worker, afirma que o governo do seu país (cujo ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio fez questão de manifestar pessoalmente, por escrito, a D. Ximenes Belo e Ramos-Horta o seu regozijo pela decisão do comité de Oslo) espera que o Prémio Nobel da Paz possa servir o processo de negociações em curso, de modo a alcançar «uma solução definitiva e internacionalmente aceite para a insustentável situação que se vive».

O mesmo responsável ressalva, contudo, a posição do seu governo, sublinhando que a Nova Zelândia está empenhada «numa solução pacífica» para o problema de Timor. E acrescenta que todas partes envolvidas no processo «podem contar com o apoio neo-zelandês para encontrar essa solução, sob os auspícios das Nações Unidas».

Semelhante postura revelam as diplomacias sueca e dinamarquesa, que omitem, contudo, qualquer tipo de alusão à eventual possibilidade de independência do território. Pela voz de Mikael Westerlind, cônsul-geral da Suécia em Hong Kong, a primeira lembra apenas ao RAI TIMOR que tem vindo «a incentivar, desde há muitos anos, nas Nações Unidas, todas as diligências com vista a resolver a questão, de modo pacífico e tendo em conta o respeito pelos direitos humanos de todos os visados no conflito».

Por seu turno, o Consulado Geral da Dinamarca faz constar que aquele país «tem trabalhado para tentar levar o assunto a bom termo» e sublinha a satisfação do ministro dos Negócios Estrangeiros, Niels Helveg-Petersen, pelo atribuição do Nobel da Paz a dois timorenses: «Recebi com imenso prazer a notícia e espero que a decisão do Comité de Oslo possa apressar a solução para o problema de Timor», afirmou, na ocasião, o representante máximo da diplomacia dinamarquesa, acrescentando que o prémio «é o reconhecimento do trabalho desenvolvido por D. Ximenes Belo e Ramos-Horta no campo do diálogo e dos direitos humanos».

ALEMANHA APERTA O CERCO

Direitos humanos foi, de resto, a expressão de ordem da primeira visita à Indonésia de um governante europeu, desde que foi anunciado o Prémio Nobel da Paz de 1996. O protagonista da "delicada" deslocação oficial foi o chanceler alemão, Helmut Kohl, que não evitou o recado ao seu anfitrião: «Os diferendos sobre direitos humanos devem ser discutidos abertamente».

Num discurso *soft* mas incisivo q.b., o chefe do governo alemão lá foi dizendo que as divergências de opiniões «devem ser discutidas de forma aberta, como entre amigos». Mais: Helmut Kohl declarou em solo indonésio que, no futuro, «os dirigentes políticos serão igualmente julgados pela sua capacidade de vencer os desafios fundados no princípio da justiça social e da democracia».

Se dúvidas restavam sobre o "apertado cerco" em que o regime de Suharto se vê mergulhado, esta afirmação do mais influente líder da Europa veio comprovar que, a partir de agora, nada será como dantes no "reino" da Indonésia.

O próprio Brasil, até aqui conhecido pelo carácter reservado das suas posições relativamente à questão de Timor-Leste, aproveitou a investida de Oslo para assumir, publicamente, uma postura mais crítica face à situação.

De facto, em documento oficial enviado a RAI TIMOR pelo Consulado Geral brasileiro em Hong Kong, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados de Brasília não apenas se congratula pela «felicidade da escolha desses dois personagens que simbolizam a luta de todo o povo-irmão de Timor Leste», como também considera que a decisão do Comité do Prémio Nobel «foi, sem dúvida, uma decisão justa e oportuna, pois consagrou o princípio do direito à autonomia das nações e homenageou o movimento da população de Timor Leste, que, desde 1975, busca conquistar a sua independência face ao tirânico domínio da Indonésia, responsável pelos seguidos massacres que resultaram na eliminação de cerca de um terço dos 800 mil habitantes daquele pequeno país».

BRASIL COM XANANA

A referida Comissão de Direitos Humanos revela, por outro lado, que tem «emprestado apoio e solidariedade ao povo de Timor Leste e ao seu principal líder, Xanana Gusmão, ainda aprisionado na Indonésia», recordando, também, o papel activo que tem exercido em prole da causa: «A Comissão fez-se representar durante um evento internacional realizado em Portugal, em 1995, associando-se, desde então, à campanha pela auto-determinação de Timor Leste».

Entre outras iniciativas, apoiou, igualmente, a criação do Grupo Parlamentar Solidariedade a Timor Leste, «ao qual coube expressar, em diferentes ocasiões, a posição predominante no Congresso Nacional por iniciativas claras e enérgicas do governo brasileiro em favor da independência e liberdade ao povo de Timor Leste», conclui a nota oficial da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, remetida a RAI TIMOR pelo vice-cônsul do Brasil em Hong Kong, Gabriel Maia.

Em contrapartida, vários consulados gerais na colónia britânica por nós contactados não acederam comentar a atribuição do Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e José Ramos-Horta, alegando motivos vários, como o argumento de que «o cônsul não tem poderes para tal». Ou como, no "sugestivo" caso da Índia, a seguinte resposta: «Em relação ao vosso pedido, gostaríamos de deixar bem claro que não temos absolutamente nenhum comentário a fazer». Que fique, então, claro...

João Drago,
em Macau

O NOBEL QUE VEM DE LONGE

Para se ganhar um Prémio Nobel da Paz é preciso, em primeiro lugar, ter um passado de trabalho digno e inteligente por uma boa causa. Por uma causa que coloque a liberadde e a justiça como os mais preciosos valores humanos, tão ou mais indiclináveis como o direito de viver em paz. E lutar por essa causa sempre, constantemente, todos os dias e em todos os momentos possíveis, sem desistir nunca de procurar acordos e pontos de contactos entre as partes em disputa e, muitas vezes, entre os próprios membros de cada uma delas.

Em Novembro de 1991, em Portugal, o então semanário «O Jornal» iniciava uma campanha pela apresentação da candidatura de D. Ximenes Belo ao Prémio Nobel do ano seguinte, por considerar que o administrador apostólico de Díli se enquadrava neste exacto perfil. «Julgamos que D. Ximenes Belo é merecedor da importantíssima distinção internacional que constitui o Prémio Nobel da Paz», lia-se no abaixo assinado entretanto distribuído. «A concessão deste prémio ao administrador apostólico de Díli representará, por um lado, um acto de justiça, e, por outro, fundamentalmente, uma forma de apoio, que pode ser muito relevante, à acção de D. Ximenes Belo e até à protecção da sua integridade física, que já mais do que uma vez se considerou ameaçada».

Meses depois a petição, assinada sobretudo por portugueses e timorenses no exílio, foi entregue ao Comité Nobel, em Estocolmo, um orgão constituído por cinco elementos escolhidos pelo Parlamento da Noruega. Foi mais um passo, pequeno mas importante, para que a causa timorense se afirmasse na cena internacional. E foi a primeira pedra para o Prémio que viria a ser atribuído em Outubro de 1996.

VINTE ANOS DE DIPLOMACIA

Desde 1975 que Timor começa a ser introduzido por Portugal nas agendas diplomáticas internacionais. Mas, apesar do combate contra a anexação do território pela Indonésia ter contado desde o início com a cobertura das Nações Unidas, a causa timorense teve, durante os dez anos seguintes, bastantes dificuldades em se afirmar. Pouco a pouco, os projectos de resolução apresentados na Organização das Nações Unidas (ONU) vão sendo menos votados, e os Estados membros da Comunidade Europeia vão primando, na esmagadora maioria das vezes, pela abstenção.

Só com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, é que a causa timorense adquire legitimidade para pressionar as democracias do centro da Europa a condenarem a ocupação de Jacarta e o desrespeito pelos direitos humanos no território. Mas foi preciso esperar dez anos para que (tal como sucedeu em Março último, antes da cimeira euro-asiática), o Governo português pudesse esticasse a corda: exigir, como condição para votar o mandato à Comissão Europeia para negociar com as potências económicas asiáticas, que a Indonésia se comprometa formalmente a respeitar os direitos humanos em Timor.

E acabou por ser precisamente em Banguecoque que 20 anos de actividade diplomática portuguesa pela autodeterminação de Timor tiveram o seu ponto alto. Os anfitriões tailandeses sugeriram conversas bilaterias aos representantes de países com diferendos. E o primeiro-ministro português, António Guterres, manifestou imediatamente vontade de se reunir com o presidente indonésio. Suharto acedeu e, antes que passasse meia-hora, já Lisboa tinha proposto a troca de secções de interesse entre os dois países, caso Xanana Gusmão e os demais presos timorenses fossem libertados e houvesse garantias de respeito pelos direitos humanos no território.

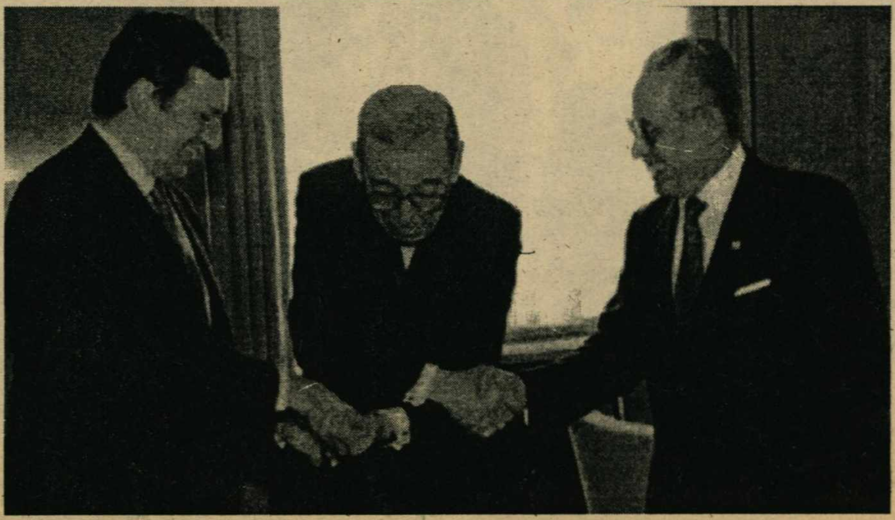
Como poucas vezes no passado, a dimensão humanitária do problema de Timor foi posta em realce.

Desde 1975 que Timor começa a ser introduzido por Portugal nas agendas diplomáticas internacionais. Mas, apesar do combate contra a anexação do território pela Indonésia ter contado desde o início com a cobertura das Nações Unidas, a causa timorense teve, durante os dez anos seguintes, bastantes dificuldades em se afirmar.

HORTA POR XIMENES

Quando, em 1992, a candidatura de D. Ximenes Belo foi apresentada, o trabalho diplomático insdispensável para conseguir um Nobel da Paz ainda estava, em boa parte, por fazer. Ramos Horta, contudo, vê na tarefa de promoção da candidatura um excelente objectivo de médio-prazo para a causa timorense. Virtudes não lhe faltam: o candidato tinha perfil adequado para o Prémio, unia em torno da sua figura o essêncial das várias sensibilidades dos movimentos de libertação, era consensualmente considerado merecedor da distinção. E tinha o título de bispo

Não há organização que lute pelo respeito dos Direitos Humanos no mundo, nem embaixador ou ministro ocidental que lide com os indonésios que não conheça o seu nome ou, pelo menos, a sua figura de barba, óculos e lacinho ao pescoço.



Durão Barroso lidou com o fenómeno mediático «Santa Cruz»

católico.

Com estas convicções Ramos Horta meteu mãos ao trabalho. Fez o que podia junto das chancelarias dos Estados que contam no concerto das nações e insinuou-se com eficácia junto das Nações Unidas, em Nova Iorque. Mas foi junto das organizações não governamentais que viu nascer os primeiros frutos do seu trabalho.

Em Setembro de 1993 três parlamentares suecos visitam Timor. Pela voz do deputado Hans Giran Franck, revelam que iriam apresentar, no mês seguinte, a candidatura de D. Ximenes Belo ao Comité do Prémio Nobel da Paz, na abertura do parlamento sueco. «O bispo de Díli», disseram na altura os suecos, «é a integridade e a força que sustenta os espíritos despedaçados do povo timorense».

Durão Barroso, então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal reagiu com algum cepticismo. Mas disse que se congratulava «se, com esta iniciativa, se fizer reconhecer a luta de Monsenhor Belo pelos Direitos do Homem». Quanto às hipóteses de sucesso dessa operação de formação de uma opinião pública internacional sensível à questão timorense, comentando: «não será fácil apenas pela via diplomática, face aos muitos interesses que estão em jogo».

Mário Soares, o presidente português, é que não esteve com meias palavras, falando da «admirável insubmissão moral do Bispo de Díli, Ximenes Belo, que pela sua indomável acção em favor dos Direitos do Homem e da consciência do seu povo, bem mereceria o Prémio Nobel da Paz». A 27 de Janeiro de 1994 a Assembleia da República portuguesa aprova a apresentação da candidatura do bispo de Timor ao Prémio.

Ramos Horta rejubila. «A candidatura já é uma vitória», diz. Só Ximenes Belo é mais modesto: «Há pessoas mais importantes no mundo que trabalham pela paz», afirmou no dia seguinte.

OS ÚLTIMOS PASSOS

Passou mais um ano; houve mais uma candidatura. Em Abril de 1995 a União das Cidades Capitais Luso-Américo-Afro-Asiáticas (UCCLA) propõe D. Ximenes Belo também para o Prémio da Paz da UNESCO. E, tempos depois, o bispo é distinguido com o Prémio John Humphrey para a Liberdade, ainda no mesmo ano. Este prémio - que tem o nome do canadiano que redigiu o esboço da Declçaração Universal dos Direitos do Homem - é atribuído anualmente, e desde 1992, pelo Centro Internacional dos Direitos da Pessoa a uma personalidade ou organização que contribua para a defesa dos direitos humanos.

Meses mais tarde, em Outubro, representantes de seis das personalidades favoritas ao Prémio Nobel da Paz desse ano reunem-se em Oslo, num programa de televisão onde foi apresentado um estudo de probabilidades antes do anúncio do vencedor. Ramos Horta lá estava, nervoso mas com um brilho de esperança nos olhos. Em todo o caso, porém, já na véspera tinha enviado um telegrama a D. Ximenes Belo para lhe dizer que, mesmo que não ganhasse, a cotação que o seu nome e a sua causa tinham adquirido no mundo já eram uma importante vitória.

E a hora do Prémio, de facto, ainda não tinha chegado. Era preciso mais um ano de trabalho junto das organizações não governamentais, mais um ano de acções junto das Nações Unidas, mais um ano de actividade diplomática timorense e portuguesa.

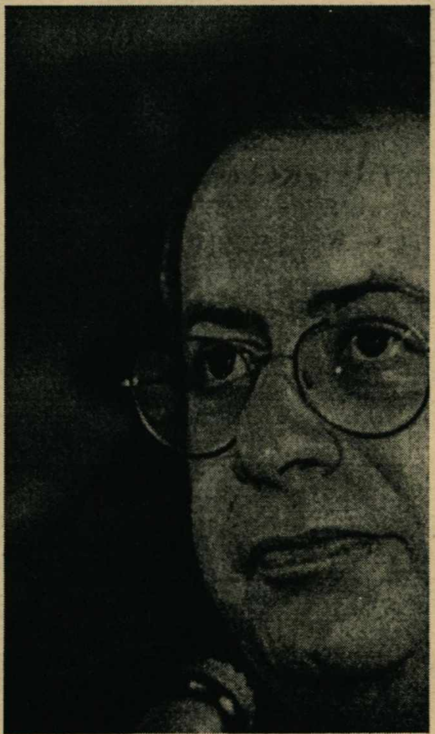
Defendendo a agraciação de Ximenes Belo, Ramos Horta torna-se entretanto, ele próprio, cada vez mais conhecido. Não há organização que lute pelo respeito dos Direitos Humanos no mundo, nem embaixador ou ministro ocidental que lide com os indonésios que não conheça o seu nome ou, pelo menos, a sua figura de barba, óculos e lacinho ao pescoço.

Mas a dois de Fevereiro, no início deste ano de 1996, no último dia do prazo para apresentação oficial das nomeações pelo Comité Nobel, o nome do bispo de Díli consta uma vez mais entre a centena de nomes candidatos. E dias depois, em Março, ele próprio se empenha em fomentar o diálgo entre todas as facções que se reuniram no encontro intratimorense de Viena de Áustria. No mês seguinte, Ximenes Belo recebia uma bela notícia: a Comissão dos Direitos do Homem da ONU aprovara uma nova deliberação sobre Timor.

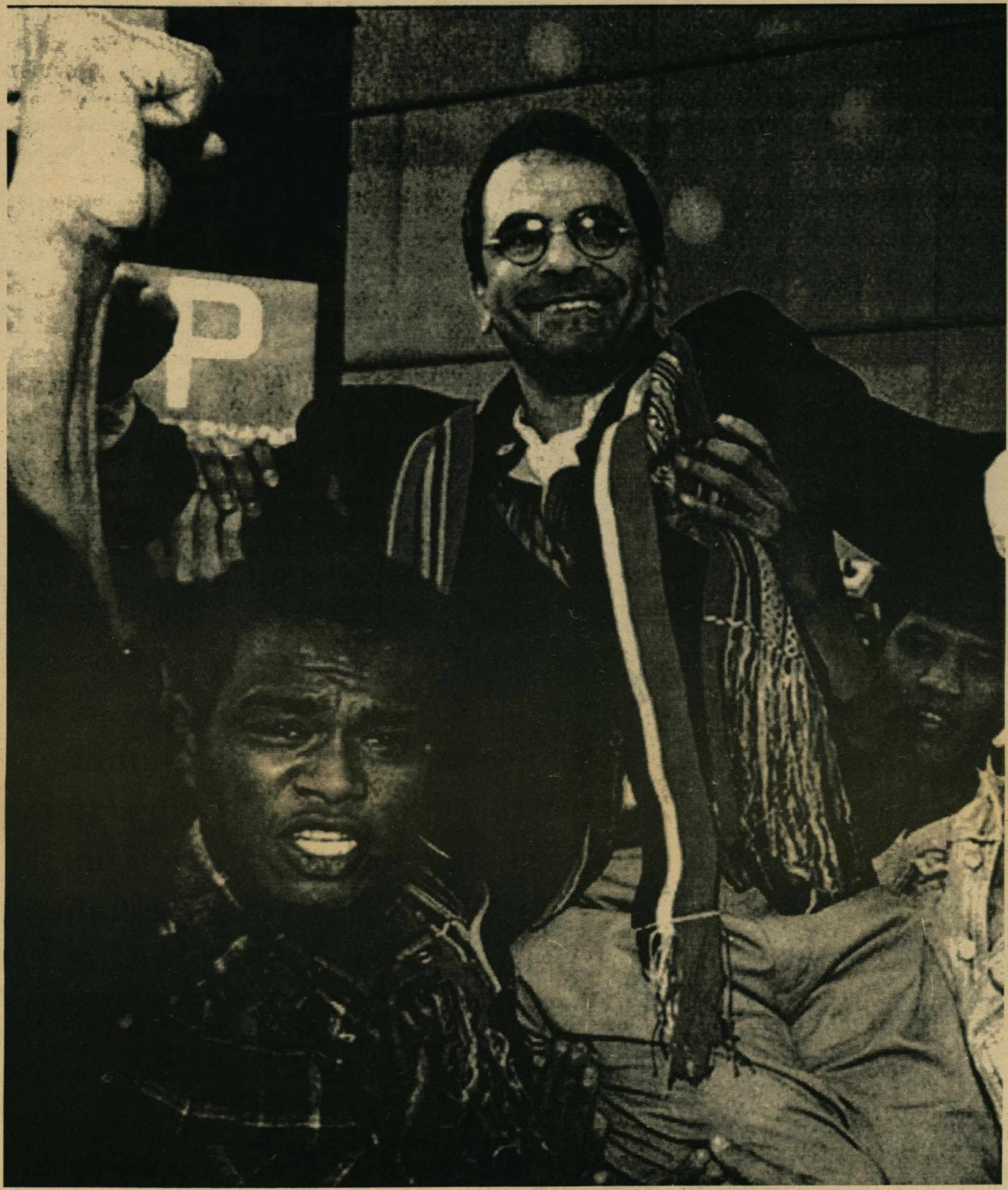
Mais tarde, em 25 de Junho, Portugal consegue que o Conselho da União Europeia aprove uma Posição Comum em que os estados membros se comprometem, «através do diálogo», a «contribuir para uma solução justa e internacionalmente aceitável» para a questão de Timor Leste, respeitando «os legítimos interesses e aspirações do povo timorense». E, mais concretamente, a fazer constante menção, nos contactos diplomáticos, à obrigação da Indonésia respeitar os direitos humanos.

Essa nova disciplina diplomática dos países europeus, nos meses que antecederam a decisão do Comité Nobel, foi tudo menos inútil. E, a 11 de Outubro último, todos os contributos, dos mais remotos aos mais próximos, se conjugavam na atribuição do Prémio Nobel da Paz a D. Ximenes Belo. A ele e a quem mais se tinha empenhado na sua obtenção: Ramos Horta.

Luís Miguel Viana
em Lisboa



Um Nobel para gerir



Apoteose na chegada a Lisboa

A SEMANA MAIS LOUCA

Ramos Horta, em Lisboa, foi “rei” por uma semana. Governo e oposição multiplicaram elogios e recepções, com alguns melindres à mistura. Uma maratona que lhe retirou tempo para os amigos, mas nunca o desviou da referência a Xanana, o líder que queria ver com o Nobel.

JOSÉ Ramos-Horta foi recebido como um verdadeiro herói na primeira deslocação a Portugal depois da atribuição do Nobel da Paz . E foi visível uma mudança de atitude por parte das diversas autoridades portuguesas. Pedidos antigos da resistência foram agora considerados com a atenção devida; portas que por vezes se abriam com renitência escancararam-se de par em par; homens que se defrontam no campo político podem vir a sentar-se à mesma mesa sob a bandeira da causa timorense.

As distinções concedidas ao Nobel timorense começaram logo à chegada a Lisboa, no dia 27 de Outubro, com Horta a ser recebido na sala VIP do aeroporto. Lá fora, no pátio que fica frente à entrada do aeroporto, estavam muitos elementos da comunidade timorense em Portugal. Assim que ele saíu deu-se uma verdadeira explosão de alegria, tendo servido de pouco a frágil barreira de segurança que era controlada por cerca de uma dúzia de polícias.

Os mais expansivos eram os jovens que têm chegado a Portugal depois da ocupação de embaixadas em Jacarta. O dirigente da resistência foi levado em ombros pelos jovens, que às palavras de ordem “Viva Timor-Leste” e “Viva Xanana” acrescentaram “Viva Ramos-Horta”. No meio da confusão, ele teve que esperar longos minutos até poder abraçar a mãe. Muito emocionada, Natalina Ramos Horta disse aos repórteres que sentia “alegria e tristeza ao mesmo tempo”, tendo explicado que estava “alegre por causa do Nobel e triste por o povo de Timor continuar a sofrer”.

Num carro disponibilizado pelo governo, cuja matrícula começava por RH, Ramos-Horta seguiu para o pavilhão do INATEL para participar no almoço que o governo ofereceu à comunidade timorense. O ministro Ferro Rodrigues foi o anfitrião, mas não conseguiu falar muito tempo com o Nobel da Paz, tantas foram as interrupções dos que o queriam felicitar. Já no fim do almoço, que foi abrilhantado pelas danças e cantares timorenses do grupo Tata Mai Lau, o homenageado disse estar "muito emocionado mas também muito cansado". Utilizando uma expressão portuguesa: "estou feito num oito."

Mas antes de descansar, foi até ao Hospital da Cruz Vermelha visitar Almeida Santos, que estava a recuperar de uma operação ao coração. O representante especial do Conselho Nacional da Resistência Mauber (CNRM) revelou ao presidente da Assembleia da República os planos para a criação da Fundação Paz e Democracia Dom Martinho da Costa Lopes e falou-lhe da intenção de solicitar ao governo um maior auxílio financeiro para a resistência. Almeida Santos prometeu dar toda a colaboração possível naquilo que depender da Assembleia da República.

PS MELINDRADO

O facto de o primeiro encontro político do Nobel da Paz, descontada a visita de cortesia a Almeida Santos, ter sido com Durão Barroso, causou algum mal estar entre os socialistas. Ramos-Horta, que disse não ver qualquer motivo para esta polémica, revelou que foi o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros que pediu para ser recebido nessa segunda-feira, logo pela manhã, porque estava a preparar uma viagem aos Estados Unidos. Os socialistas não gostaram e houve até quem, em surdina, acusasse Durão Barroso "de se estar a pôr em bicos de pés".

Já depois do almoço, teve lugar uma reunião com António Guterres. Dando voz a um desejo antigo de Xanana Gusmão e Konis Santana, apresentou o pedido formal para a concessão de um auxílio financeiro à resistência timorense consagrado no Orçamento de Estado. À saída, sem nunca falar em números concretos, Ramos-Horta apontou para uma meta: "Timor-Leste é uma questão nacional para Portugal. Se houver um terço do que se gastou na Bósnia, consagrado no orçamento português, nós já ficamos profundamente reconhecidos".

Feitas as contas, os jornalistas chegaram a um número: a resistência sugeria uma verba de cerca de quatro milhões de contos. Os dados estavam lançados e o número ganhou força nas horas que se seguiram. Mais tarde, depois de conhecidas as primeiras reacções positivas, Ramos Horta acabaria por revelar que "não fazia ideia que a verba era tão alta, pensava que era muito menos do que isso".

Terminado o encontro com Guterres, bastou-lhe descer a rua para se encontrar com Mário Soares. O dirigente timorense foi agradecer o trabalho desenvolvido pelo ex-Presidente da República na divulgação internacional da causa timorense, tendo ainda convidado Soares para integrar a Fundação Timorense e para assistir à cerimónia em Oslo. Os dois convites foram aceites de imediato.

Sem tempo para descansar, seguiu para o Palácio de Belém onde foi o convidado de honra de um jantar de Estado oferecido pela Presidência da República. Cinquenta convidados sentaram-se à mesa para saborear uma ementa que continha, entre outros acepipes, veado à timorense e salada de frutos tropicais.

O representante da resistência convidou Jorge Sampaio a integrar a Fundação Dom Martinho da Costa Lopes e a assistir à cerimónia da entrega do Nobel. O Presidente da República, em directo, nos noticiários das televisões, aceitou os convites. E apesar de utilizar as meias palavras usuais em diplomacia, Jorge Sampaio manifestou o seu apoio à concessão de um auxílio financeiro à resistência. Alguns minutos antes, questionados pelos jornalistas, já os líderes dos partidos da oposição tinham dado o assentimento à inclusão desse auxílio no Orçamento de Estado.

NOVOS APOIOS

Depois de ter concedido uma entrevista à RTP-Internacional, gravada na terça-feira mas transmitida para Timor no dia seguinte, Ramos Horta teve um almoço de trabalho com Jaime Gama. Com o chefe da diplomacia portuguesa remetido ao silêncio, coube ao representante especial de Xanana Gusmão anunciar que o Ministério dos Negócios Estrangeiros "colocou as representações diplomáticas no estrangeiro à disposição da resistência".

A partir de agora "existe um apoio logístico e diplomático que permite à resistência manter contactos de alto nível com os países que têm uma palavra importante a dizer na questão timorense", comentaria. Com esta medida torna-se possível alargar a rede de contactos que estava quase limitada aos grupos de solidariedade e às Organizações Não Governamentais sensíveis à questão timorense.

Ramos Horta foi depois ao encontro de Marcelo Rebelo de Sousa. O líder do maior partido da oposição disse estar de acordo com o auxílio à resistência, tendo mesmo afirmado que a verba de quatro milhões de contos lhe parecia ser "bastante razoável".

> "Nós continuamos com este escritório e damos uma palhota em Díli, à beira do mar, à Câmara de Lisboa". João Soares, esboçando um largo sorriso, aceitou a proposta reconhecendo que a Câmara de Lisboa até ficava a ganhar com a troca.

Depois da conversa com o novo líder do PSD, teve lugar uma reunião com o antigo homem forte do partido laranja. Cavaco Silva foi convidado para assistir à cerimónia de entrega do Nobel e para pertencer à Fundação Timorense. O primeiro convite ficou em aberto, o segundo está aceite. Cavaco Silva respondeu ainda positivamente ao desafio para continuar a ser um porta-voz da causa timorense. Ao esclarecer os motivos destes convites, Horta fez questão de salientar que "os amigos não são apenas os que estão no poder; são todos os que podem ajudar a luta timorense."

(continua página seguinte)

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Festa rija na comunidade timorense

HORTA NO PARLAMENTO

Na quarta-feira, logo pela manhã, o dirigente timorense visitou a Assembleia da República onde se reuniu com os líderes parlamentares e com a Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste. Nesses encontros recebeu garantias de poder contar com um apoio quanto à inclusão no Orçamento de Estado do auxílio finaceiro à resistência. Um apoio que seria rea-valiado alguns dias depois, tendo-se registado um recuo por parte de alguns grupos parlamentares. De resto, fazendo adivinhar a posição final do Governo: dinheiro si, mas para financiamento de projectos concretos.

A Igreja Católica também não foi esquecida nesta visita a Portugal. Depois de um almoço oferecido pelo presidente da Assembleia da República, Ramos-Horta reuniu-se com o Cardeal Patriarca de Lisboa. Um encontro marcado por muitos elogios ao papel desempenhado pela Igreja Católica em Timor-Leste. Salientem-se ainda os elogios feitos a D. Ximenes Belo e as constantes referências a D. Martinho da Costa Lopes, o antigo Bispo de Díli que foi recordado como "um grande combatente pela liberdade e pela dignidade do povo, que foi obrigado a saír de Timor e que nunca soubemos honrar como merecia."

Já ao fim da tarde José Ramos-Horta foi recebido na Câmara de Lisboa, com honras de chefe de estado, ao som do hino nacional tocado pela banda dos Sapadores Bombeiros. João Soares, um velho amigo, interrompeu uma sessão pública da Câmara para o receber. "Mesmo na noite mais triste, em tempo de solidão, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não", disse João Soares, citando a poesia de Manuel Alegre, para acrescentar que depois da atribuição do Nobel a dois ilustres timorenses "a noite já não é tão triste".

Ramos-Horta recebeu as chaves da cidade de Lisboa e as chaves de um escritório cedido pela autarquia. Num dos momentos mais bem dispostos desta cerimónia ele fez uma promessa: quando Timor for livre e independente vai receber em Dili, "não na qualidade de presidente da Câmara, mas como um modesto escritor e jornalista, talvez como dissidente face a quem estiver no governo", o presidente e os vereadores da câmara. Num discurso que provocou muitos sorrisos, Ramos Horta prometeu pagar um almoço ou um jantar à sombra das palmeiras e dos coqueiros, lamentado apenas que "talvez não tenha poderes para organizar uma parada de bombeiros, que talvez nem tenham carros de combate ao fogo".

Terminada esta cerimónia no Salão Nobre, seguiu-se a visita ao escritório oferecido pela Câmara de Lisboa ao Nobel timorense, e que ele transformou num local de trabalho para toda a resistência. O escritório, que fica num prédio junto ao Martin Moniz, foi recuperado com o trabalho gratuito de todos os que por lá passaram - desde os pintores, aos canalizadores, aos electricistas, aos homens que montaram os telefones e às senhoras que fizeram a limpeza. Ramos Horta, visivelmente satisfeito, confessou: "É a primeira vez, em vinte e um anos, que tenho um gabinete decente".

Segundo o contrato que foi assinado pelas duas partes, a resistência tem que devolver as instalações à autarquia quando Timor for independente. Mas ele gostou tanto das instalações que propôs uma troca: "Nós continuamos com este escritório e damos uma palhota em Díli, à beira do mar, à Câmara de Lisboa". João Soares, esboçando um largo sorriso, aceitou a proposta reconhecendo que a Câmara de Lisboa até ficava a ganhar com a troca.

Durante a estadia em Portugal, José Ramos Horta fez tudo para potenciar o prémio com que foi distinguido juntamente com D. Ximenes Belo. Para conseguir resultados concretos ele cumpriu uma agenda extenuante, tendo grande dificuldade em conciliar os inúmeros pedidos de encontros, entrevistas, almoços e jantares de homenagem. Daqui a alguns meses saberemos se valeu a pena ou se o entusiasmo português foi sol de pouca dura.

Manuel Acácio,
em Lisboa

> Ramos Horta fez uma promessa: quando Timor for livre e independente vai receber em Dili, "não na qualidade de presidente da Câmara, mas como um modesto escritor e jornalista, talvez como dissidente face a quem estiver no governo"

LÍNGUA, CULTURA E RESISTÊNCIA

Só os Indonésios não querem perceber: os Timorenses preservam o Português porque faz profundamente parte da sua cultura. E não se limitam à língua. Esta surge enquadrada por muitos outros traços culturais únicos nesta região do mundo.

Régulo timorense com a Bandeira das Quinas

A cultura é a memória
de um povo que não morre!

A acção é a história
de um povo que não morre!

Ouviram?
Ouviram bem?

A vida é a liberdade
de um povo que não morre!

A independência é a vontade
de um povo que não morre!

Ouviram?
Ouviram bem?

A justiça é a oferta
de um povo que não morre!

A luta é a descoberta
de um povo que não morre!

Ouviram?
Ouviram bem?

Hino Maubere
de Xanana Gusmão

A Ilha de Timor é diferente das outras ilhas do Arquipélago da Indonésia em termos de posição geográfica e da sua formação sócio-cultural e religiosa. Na realidade, quase constitui uma aberração geográfica,etnológica e política na constelação de ilhas que povoam a Insulíndia e Melanésia.

Geograficamente, Timor apresenta uma posição que destoa com a harmonia do conjunto do arquipélago da Indonésia: enquanto as restantes ilhas do arquipélago se encontram numa posição horizontal e paralela ao Equador, a Ilha de Timor apresenta uma posição oblíqua, quebrando a disposição relativamente uniformizada de todo o arquipélago. E tal posição quebra também, e felizmente para Timor; a natureza vulcânica que é comum às restantes ilhas. Vemos assim que, até em termos geográficos, Timor não está em sintonia com o arquipélago da Indonésia

No contexto etnológico, o nativo de Timor distancia-se dos seus vizinhos, quer da parte da Ásia, quer da Melanésia. Em relação à Austrália, os Timorenses são um povo agrícola, enquanto os aborígines australianos são nómadas.

Os vizinhos da Papua Nova Guiné apresentam uma maneira de ser e estar completamente diferente quer na sua formação fisiológica, no seu vestuário, quer nos seus usos e costumes.Quanto aos vizinhos da Ásia, a diferença é ainda mais acentuada

O facto de as grandes correntes religiosas como o budismo, o hinduísmo e o islamismo terem grande impacto em todas as ilhas da Indonésia, modelando os usos, costumes e tradições dos seus respectivos povos, não tem nenhuma influência sobre o Timorense. Isto deve-se ao facto de os grandes impérios indo-javanês do séc. X IV Majapahit, bem como o de Srivijaia no Séc. X, não terem influenciado a vida social e política em Timor.

Timor fica, por assim dizer, fora da zona da influência dos impérios acima referidos, pois encontra-se na periferia das grandes rotas de navegação marítima da época. Apenas um ou outro navegador aventureiro atraído pelo sândalo conseguiu aportar às nossas praias.

Na verdade se olharmos bem para o mapa da Insulíndia notamos que a Ilha de Timor se situa numa zona geográfica onde o Índico acaba e começa o Pacífico. Representa a linha de transição do Índico para o Pacífico, ou da Ásia para Melanésia. É este facto que leva os antigos compêndios de Geografia a dizer que Timor é a possessão Portuguesa que fica na Oceania.

Ora é esta posição geograficamente específica de Timor que irá, a nosso ver, determinar e condicionar todo o comportamento e a postura do Timorense em relação a todo e qualquer estranho que demanda as suas praias. E tal postura consiste em suspeitar de

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

todo o estrangeiro que se aproxima para se certificar primeiro se vem com boas intenções. Neste caso será bem vindo, caso contrário será repelido e rejeitado, pois o Timorense é por natureza turbulento e irrequieto para com o seu inimigo e aberto e leal para com o que considera como amigo.

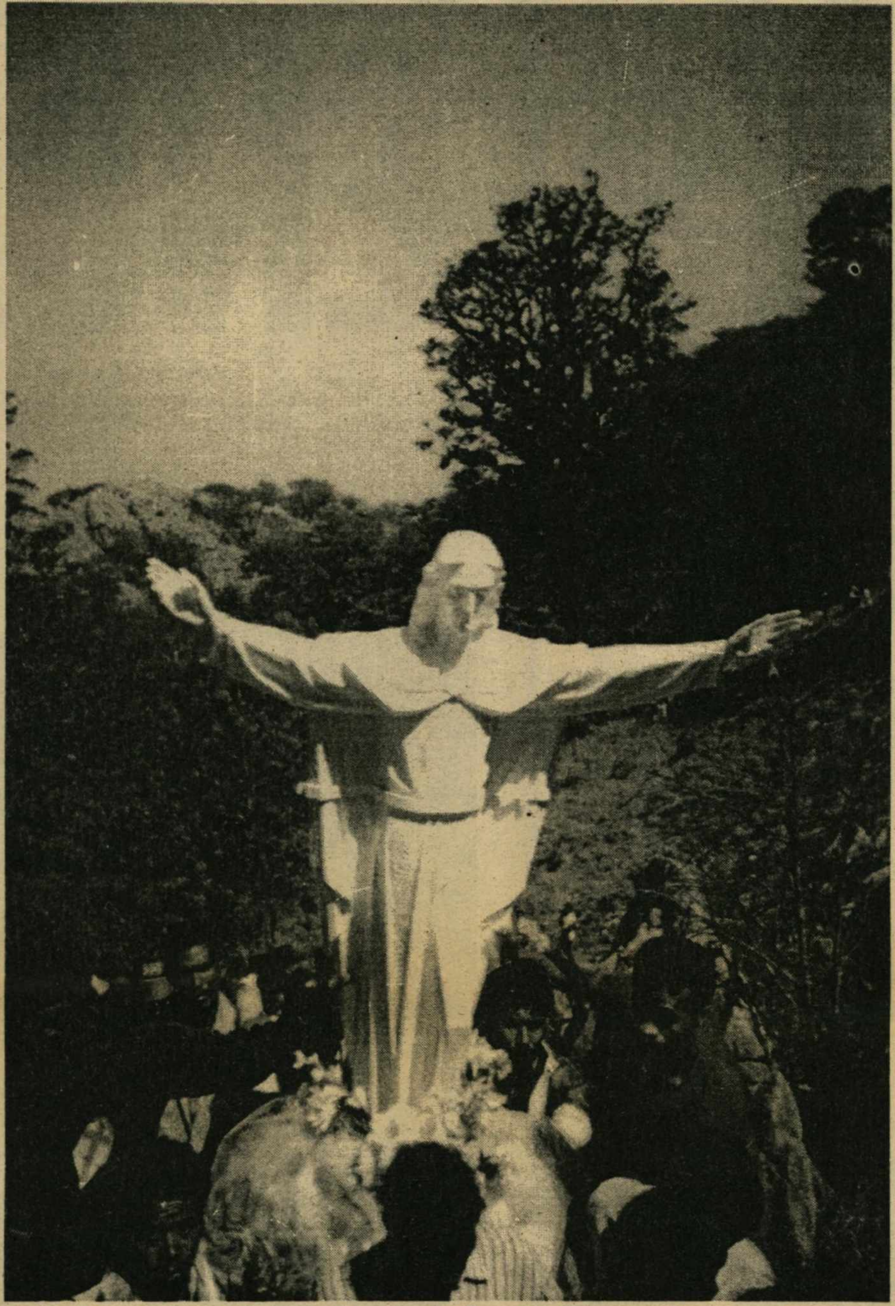
Temos na História a incursão do Rei de Toló que semeou mortes e destruições na sua passagem pela costa norte de Timor. Este facto veio reforçar ainda mais a hostilidade contra o acesso de estrangeiros aos ancoradouros de Timor, que são escassos, e isto explica o isolamento de Timor em relação às restantes ilhas vizinhas.

É a partir daí que Timor começa a desenvolver uma cultura acentuadamente insular: castiça, homogénea e isenta de aculturação.

(continua na página seguinte)

E se no passado remoto aconteceram sucessivas ondas de emigraçao em direcção a Timor, tais ondas de emigrantes foram absorvidas pelos elementos auctóctones da Ilha, como demostra a existência de diferentes grupos etnolinguísticos que têm como denominador comum as tradições, usos e costumes e sobretudo as crenças religiosas. Exemplos: a crença num ente superior o *LULIK*, a luta do galo, a dança do batuque, o culto pelos defuntos, organização social e política em regulados e sucos e as respectivas hierarquias de autoridades em régulos, datos e uluns são comuns em toda a Ilha de Timor. No campo religioso o Timorense é crente por natureza e politeísta por necessidade.

Na verdade, sendo o Timorense nado e inserido no seio de uma natureza exuberante e rica, que modela o seu carácter e influencia a sua maneira de ser e agir, tende naturalmente a ser um povo crente,admitindo a existência de um ser superior que ele chama *MAROMAK* ou DEUS. Mas no conceito Timorense, o MAROMAK/ DEUS é tão elevado e sublime que parece não se preocupar muito com o quotidiano do homem. Daí que ele procure e descobra nas forças da natureza a imagem e a encarnação de Maromak. Assim as montanhas,os bosques, as nascentes, os rochedos ou objectos que lhe possam inspirar a admiração, respeito ou medo, são geralmente considerados como portadores ou habitáculos de poderes sobrenaturais e por isso pertencem a classe de *Lúlik*=sagrado, intocável.


O catolocismo é uma das mais fortes marcas da presença lusa

Dentro deste contexto, pode-se considerar também o "culto da Bandeira das Quinas"como *Lúlik* por ela simbolizar a autoridade e poder, inspirando naturalmente no Timorense o sentido de respeito, veneração e até orgulho. Tal culto é generalizado e até uniformizado em todo o Timor em termos de espaço e tempo, sendo observado por diversos estratos sociais de Timor, desde cristãos a gentios; dos instruídos aos analfabetos, dos "liurais"ao povo. Não admira pois que um D.Aleixo Corte-Real de Ainaro; um D. Jeremias Amaral de Luca e um D. José Nunes de Maubara não tenham hesitado em afirmar o seu respeito pela Bandeira das Quinas perante as autoridades Japonesas e os dois primeiros selaram com a própria vida esse culto.

O culto da Bandeira das Quinas ainda persiste em plena ocupação indonésia. Durante os primeiros meses da invasão, um oficial superior do exército indonésio deu ordens a um Timorense analfabeto para limpar o *jeep* com a bandeira portuguesa. O Timorense recebeu a bandeira das mãos do oficial, conservou-a com respeito e limpou o *jeep* com a própria camisa com que estava vestido. Ao ofical enfurecido, que viu as suas ordens desrespeitadas, respondeu o Timorense: «Se o sr. coronel deseja que eu respeite a sua bandeira, então respeita também esta».

Todos os grupos etno-linguís-ticos de Timor encontravam-se divididos em duas grandes confederações de reinos: uma confederação estava sob a hegemonia do reino de Sombay que corresponde mais ou menos actual Timor Indonésio ou Timor Ocidental; e outra confederação sob a hegemonia do reino de Behale que dominava a então Região dos Belos ou o actual Timor-Leste. E esta última confederação usou o Tetum como a língua veícular. Este era o cenário que os navegadores Lusos encontraram quando aportaram à Ilha no primeiro quartel do século XVI.

Com a tomada de Malaca por Afonso de Albuquerque em 1511, os navegadores Portugueses entravam directamente no mercado das especiarias. Sendo a difusão da Fé e as especiarias os motivos dominantes que levaram tão longe os navegadores Lusos, a fragância do sândalo, então considerado como panaceia para múltiplos usos e necessidades, fascinou de tal modo os mareantes Lusos que aportaram finalmente à Ilha que, no dizer do imortal Camões, «o lenho manda, sândalo salutífero e cheiroso».

No constante vaivém de actividades mercantis, os mareantes Lusos não se sentiram vocacionados para se fixarem definitivamente na Ilha. Autênticos andarilhos do mar andavam sempre em demanda do desconhecido. Apenas os Padres Dominicanos, cuja missão principal era cristia-nizar o gentio, foram obviamente os primeiros Europeus a se estabelecer definitivamente na Ilha que o Sol «nascendo vê primeiro», em 1556. Este acontecimento histórico assinala o início do estabelecimento Luso no solo Timorense.

Caso singular na História da Expansão Portuguesa em que a Cruz chegou a Timor quase dois séculos antes da Espada. O facto de os Timorenses serem cristãos e vassalos de Portugal deve-se tão somente aos Dominicanos. Os monges de sotaina preta foram, durante quase dois séculos, missionários e senhores de Timor exercendo um verdadeiro poder teocrático, pois para além do apostolado e ensino, até pegaram em armas para defender a soberania Portuguesa, quando tal foi necessário... Modelaram o espírito do gentio Timorense com os princípios evangélicos do respeito e amor ao próximo com constantes apelos de cultivar o sentido de justiça, honestidade e lealdade aos homens, a Deus e a Portugal.

Mas a partir de 1653 a Holanda ocupou definitivamentea parte ocidental de Timor para só sair em 1949. Esta permanente presença da Holanda começou a desestabilizar a situação em Timor e a partir daí os Dominicos pediram ao Vice-Rei do Estado da Índia para estabelecer um governo formal em Timor para fazer face as constantes ameaças do inimigo. Só em 1702 foi estabelecido formalmente o governo Português em Timor, tendo como primeiro Governador António Coelho Guerreiro.

> Se, por um lado, os valores evangélicos como justiça, fraternidade, perdão e o catecismo em geral ensinados em Língua Tetum contribuiram para unir mais os Timorenses e torná-los mais cristãos; por outro lado, a Espada foi como elemento aglutinador para congregar aquele mosaico de regulados sob uma só Bandeira.

Os Dominicanos viviam sob as constantes ameaças dos Holandeses por um lado, e por outro dos regulados de Timor instigados não só pelos Holandeses como também pelos Régulos de Behale e de Senobay, que eram autênticos imperadores, potencialmente perigosos tanto para os Holandeses como para os Portugueses.

Face as dificuldades de poder obter o apoio do Vice-Rei da Índia para afirmar a soberania Portuguesa, o Governador Guerreiro teve a feliz ideia de optar por outra alternativa: recorrer aos Timorenses leais para formar uma força de segurança e defesa .

O Governador Guerreiro tinha uma visão diplomática que influenciou toda a Historia de Timor Português. Com o objectivo de eliminar a influência dos régulos mais poderosos igualou todos os régulos e concedeu a cada um a patente de Brigadeiro e a outros chefes tradicionais outras patentes de hierarquia militar. A decisão do Governador vai ao encontro do espírito aguerrido do Povo Timorense que passa a partir de 1702 a dispôr de uma organização para-militar, não só a nível de regulados, mas a nível regional. Tal organização para-militar perpetuase até ao 25 de Abril de 1974,conhecida por *Arraiais de Leais Moradores de Timor*. Eram recrutados anualmente milhares de jovens válidos que, devidamente treinados, seriam depois mobilizados e utilizados para manter a soberania Portuguesa.

Devido a um constante clima de instabilidade, a Administração Portuguesa não eliminou a organização sócio-pólitica Timorense mas acomodou-se às estruturas existentes dando-lhes uma orientação castrense.

Ora este binómio Cruz e Espada modelou a alma e o espírito do Timorense, a sua maneira de ser de agir e de pensar. Se, por um lado, os valores evangélicos como justiça, fraternidade, perdão e o catecismo em geral ensinados em Língua Tetum contribuiram para unir mais os Timorenses e torná-los mais cristãos; por outro lado, a Espada foi como elemento aglutinador para congregar aquele mosaico de regulados sob uma só Bandeira. Criou-se um clima de entendimento entre Portugueses e Timorenses e tal clima tem como base respeito mútuo, tolerância, lealdade e igualdade perante a Lei.

O Timorense passou a sentir o sentido da unidade e, como vassalo de Portugal, sentia-se protegido, apoiado e respeitado. Estes valores são um código de Honra que orienta o Timorense no seu relacionamente social e serve de ponto de referência para avaliar os comportamentos e posturas. São estes valores históricos e culturais, transmitidos de geração em geração, que servem para enfrentar com êxito as dificuldades da vida, neutralizando conflitos, resolvendo problemas, providenciando auxílio, protecção e segurança.

Ora com a invasão e ocupação de Timor pela Indonésia altera-se a escala dos valores. Antes houve uma administração que foi norteada pela justiça, igualdade perante a lei, respeito e tolerância. Hoje há uma administração que é caracterizada pelo desrespeito pela lei e pessoa humana, legaliza a corrupção e privilegia o nepotismo e o compadrio, em detrimento da competência e do profissionalismo.

É contra a actual potência administrante que os Timorenses tentam por todos os meios defender-se com a herança dos seus valores culturais e linguísticos. Os Timorenses procuram afirmar-se duma maneira diferente, através da sua culinária (que é em parte portuguesa); através das suas danças, também Portuguesas, e através da Língua Portuguesa. As mensagens e as ordens dadas pela guerrilha na hora de combate são em Português. E quem o ignora será o alvo das balas dos guerrilheiros. É esta a razão pela qual o governo Indonésio, por um lado, proíbe o ensino do Português nas escolas de Timor mas, por outro lado, ensina-o em Jacarta a todos os oficiais das forças armadas e funcionários que irão prestar comissões de serviço em Timor. A Igreja continua a celebrar em Português e o Povo Timorense bem ou mal continua a falar Português, não obstante a intimidação e até perseguição. O governo de Jacarta inundou a Ilha de Timor com escolas de todos os escalões até à universidade. Investiu nas infra-estruturas e intensificou as ligações marítimas, aéreas e terrestres com as outras ilhas da Indonésia. Mas o governo longe de convencer os Timorenses ainda é rejeitado e odiado por estes.

Parafraseando a Bíblia podemos afirmar com o salmista que diz: «tocamos a flauta, e não dançastes/ cantamos lamentações, e não chorastes/ Que mais podemos fazer?».

Também a Indonésia pode dizer: «Flagelámos a tua ilha com guerras e violência, e tu não rendeste / Construímos estradas, pontes e escolas, e tu não ficaste satisfeito / Propagámos a nossa religião de Alá com dinheiro e recompensa, E tu preferiste a Religião Católica, trazida pelos Portugueses/ Construímos uma gigantesca estátua de Cristo-Rei, E tu não a aceitaste/ Mandámos teus jovens para estudar nas nossas universidades em Jacarta, mas eles preferem assaltar as embaixadas estrangeiras acreditadas na nossa capital para poderem ir para Portugal. /Demos-te diariamente os nossos programas televisivos para te entreter, e tu preferiste gastar o pouco dinheiro que tens em comprar antenas parabólicas para ver um Benfica, um Sporting ou um Porto/ nosso presidente Suharto privilegiou a tua terra com duas visitas, e recebeste-o com desdém;/ enquanto o primeiro-ministro de Portugal que te dirigiu há 20 mil quilómetros de distância uma mensagem em tua Língua Tetum, tu aplaudiste com o entusiasmo / Que mais te podemos fazer?»

A resposta do Povo de Timor: volta para a tua terra e deixa-nos em paz.

Pe. Francisco Fernandes
em Macau

A LIGAÇÃO

INDONÉSIA

Timor foi destaque nas presidenciais norte-americanas. Pelo financiamento que veio de Jacarta. O presidente estará condicionado, dizem uns, mas outros lembram a outra face do escândalo: Clinton está agora sob vigia.

CHAMARAM-LHE "Clintonesia" e "Watergate parte II". Seja qual for o nome, a verdade é que as ligações da Casa Branca a uma importante empresa indonésia ainda vão dar muitas dores de cabeça ao presidente americano. Todos os dias os jornais descobrem novos dados sobre essas ligações e, à medida que as investigações avançam, o envolvimento de Bill Clinton vai-se desenhando. No entanto, está ainda por saber até que ponto a atitude de Washington em relação a Timor-Leste terá sido negociada com Jacarta.

Em Setembro, quando os escândalos financeiros da campanha de Clinton surgiram, não passavam ainda de uma pequena notícia na página 16 do *Los Angeles Times*. O Comité Nacional democrático tinha recebido 250 mil dólares de uma empresa sul coreana. O caso poderia ter ficado por aí, mas em tempo de campanha os republicanos não deixaram escapar a hipótese de um bom escândalo.

Pouco a pouco outros donativos estrangeiros apareceram e foi quando surgiu o dinheiro de Jacarta. Um casal indonésio residente na Virgínia deu 450 mil dólares à campanha de Clinton. As investigações mostraram que Arief e Soraya Wiriandinata estavam ligados ao grupo financeiro indonésio LIPPO, um grupo liderado por James Riady, um amigo de Bill Clinton que várias vezes visitou a Casa Branca.

A administração Clinton começou por ignorar todas as acusações, mas à medida que as notícias iam surgindo o gabinete do presidente teve que mudar de atitude. Michael McCurry, secretário para a imprensa da Casa Branca, deu uma conferência de imprensa para admitir que Riady tinha estado na residência do presidente várias vezes e que tinha discutido vários assuntos ligados ao relacionamento entre os Estados Unidos e a Indonésia. Pelo menos numa dessas reuniões o assunto foi Timor-Leste.

TIMOR NA CAMPANHA

Mal o escândalo foi conhecido surgiram várias dúvidas: porque é que um grupo financeiro de Jacarta estaria tão interessado em dar dinheiro à campanha dos democratas? Se esse grupo quer influenciar o sistema político americano, apoiando Clinton, será que recebeu alguma coisa em troca? As respostas, por enquanto continuam um mistério.

Apesar de todas as dúvidas, o caso do dinheiro indonésio colocou Timor nas primeiras páginas dos jornais americanos e nos discursos do candidato republicano. Bob Dole acusou muitas vezes Bill Clinton de ter trocado os direitos humanos dos timorenses por um punhado de dólares. Demagogia, dirão alguns, já que Dole durante os 30 anos que esteve no Senado nunca mexeu um dedo a favor dos timorenses. Mas agora, com o escândalo e com o Nobel da paz atribuído a Ramos Horta e D. Ximenes Belo, a causa de Timor ganhou um novo fôlego nos Estados Unidos. Como em campanha qualquer fraqueza do adversário deve ser explorada, o candidato republicano aproveitou a oportunidade sem pensar duas vezes. Durante o período eleitoral Scott Reed, chefe de campanha de Bob Dole, divulgou um comunicado à imprensa onde dizia que Clinton tinha virado as costas a Timor e tinha utilizado um angariador de fundos para conversar com o presidente Suharto sobre a antiga colónia portuguesa. Um indício, diziam os republicanos, que mostraria que Clinton estava a vender a política internacional para poder ser reeleito.

As consequências para Timor-Leste da ligação entre Clinton e os indonésios ainda não são claras e os analistas dividem-se. Para os mais pessimistas, os próximos quatro anos vão mostrar que a Indonésia utilizarão o dinheiro doado durante a campanha para impedir os Estados Unidos de condenarem abertamente a situação no território. Dizem eles que, se até agora Washington nunca teve uma política firme em relação ao território, dificilmente haverá uma mudança de atitude. No entanto, há quem tenha a opinião contrária. Alguns analistas defendem que, depois de descoberto o escândalo, Bill Clinton não poderá dar-se ao luxo de ceder a pressões, e a causa timorense poderá aproveitar esse facto para reforçar a sua posição. Segundo essa versão, qualquer atitude que possa ser comparada a um favor à Indonésia será severamente criticada e o presidente poderá ficar de novo em maus lençóis.

Para além dos políticos também as organizações humanitárias vão estar atentas. Nos últimos quatro anos, e depois do massacre de Santa Cruz, cresceram nos estados americanos vários grupos de apoio a Timor Leste. A organização mais importante, East Timor Action Network (ETAN), que organiza debates sobre a situação em Timor, nas mais famosas universidades americanas, não deixará por certo passar em branco qualquer atitude de Clinton que pareça o pagamento de um favor. A ETAN tem, até agora, desempenhado um papel importante na crítica aberta a qualquer medida da Casa Branca que ponha em risco a vida dos timorenses. E é legítimo esperar que essa atitude se mantenha.

INVESTIGAÇÕES À VISTA

Poucas horas depois de serem conhecidos os resultados eleitorais, vários líderes políticos vieram dizer que os americanos, ao elegerem Clinton, mas ao darem a maioria no congresso aos republicanos, obrigaram o presidente a enfrentar vários anos de investigações. O líder da maioria republicana no Senado, Trent Lott, já anunciou que vai ser criado um conselho independente para investigar os dinheiros estrangeiros na campanha do presidente. Os republicanos querem saber até que ponto o presidente se envolveu com interesses estrangeiros em algumas partes do globo, incluindo a Indonésia.

O Senado e o Congresso vão assim avançar com investigações independentes. Clinton vai, no entanto, ter que enfrentar também uma investigação por parte do departamento de Justiça, uma vez que os republicanos entregaram uma queixa à procuradora. Tendo em conta todas as evidências, Janet Reno dificilmente conseguirá evitar a abertura de um processo.

Quanto ao presidente, para já vai saboreando a vitória do dia 5. Durante a campanha, Clinton nunca respondeu às acusações que lhe eram feitas e ignorou por completo o escândalo. A única referência que fez ao que se estava a passar foi lembrar que, nos primeiros anos na Casa Branca, tentou aprovar uma lei para reformar o sistema de financiamento dos partidos. Uma proposta que foi rejeitada pelos republicanos. Agora, diz o presidente, vai avançar com a mesma ideia. Resta saber a resposta da maioria no Senado e no Congresso. Em relação às acusações de que teria vendido os direitos dos timorenses por um punhado de dólares Clinton quebrou o silêncio na primeira conferência de imprensa depois das eleições. Negou qualquer envolvimento da Indonésia na politica externa de Washington e mostrou-se até orgulhoso pelo facto de, até hoje, a sua administração ter sido aquela que alegadamente mais tinha trabalhado a favor dos timorenses. Clinton recordou ter sido ele a proibir a venda de armas ligeiras ao regime de Jacarta e garantiu que essa limitação se iria manter. O presidente americano terminou prometendo que vai ficar atento a novos abusos no território. Resta esperar para ver.

Margarida Serra,
em Lisboa

CRONOLOGIA OUTUBRO/NOVEMBRO

AMEAÇA ELEITORAL

2:10:96 - Abílio Osório Soares, Governador de Timor Leste, ameaça vários chefes timorenses do território com transferências e despedimentos, se as Eleições Gerais de 1997 não forem «um sucesso».

Fonte: Lusa

21 ANOS DEPOIS

8:10:96 - O dia 7 de Dezembro assinalou o 21° aniversário da invasão indonésia a Timor-Leste, data que relembra o assassinato de milhares de pessoas e inúmeros abusos de Direitos Humanos. Londres será palco de variadas demonstrações de condenação: acções directas, protestos e vigílias que exigem um fim às vendas de armamento à Indonésia.

Fonte: TAPOL

TIMORENSES JULGADOS

10:10:96 - Um grupo de 21 timorenses foi julgado e sentenciado a prisão, depois dos acontecimentos de Bacau em Junho deste ano, segundo uma informação do Centro dos Direitos Humanos de Timor-Leste. Ainda segundo a mesma fonte os timorenses aguardavam julgamento na cadeia. As sentenças variam entre os seis meses e os quatro anos e meio.

Fonte: Lusa

ARMAMENTO SUECO

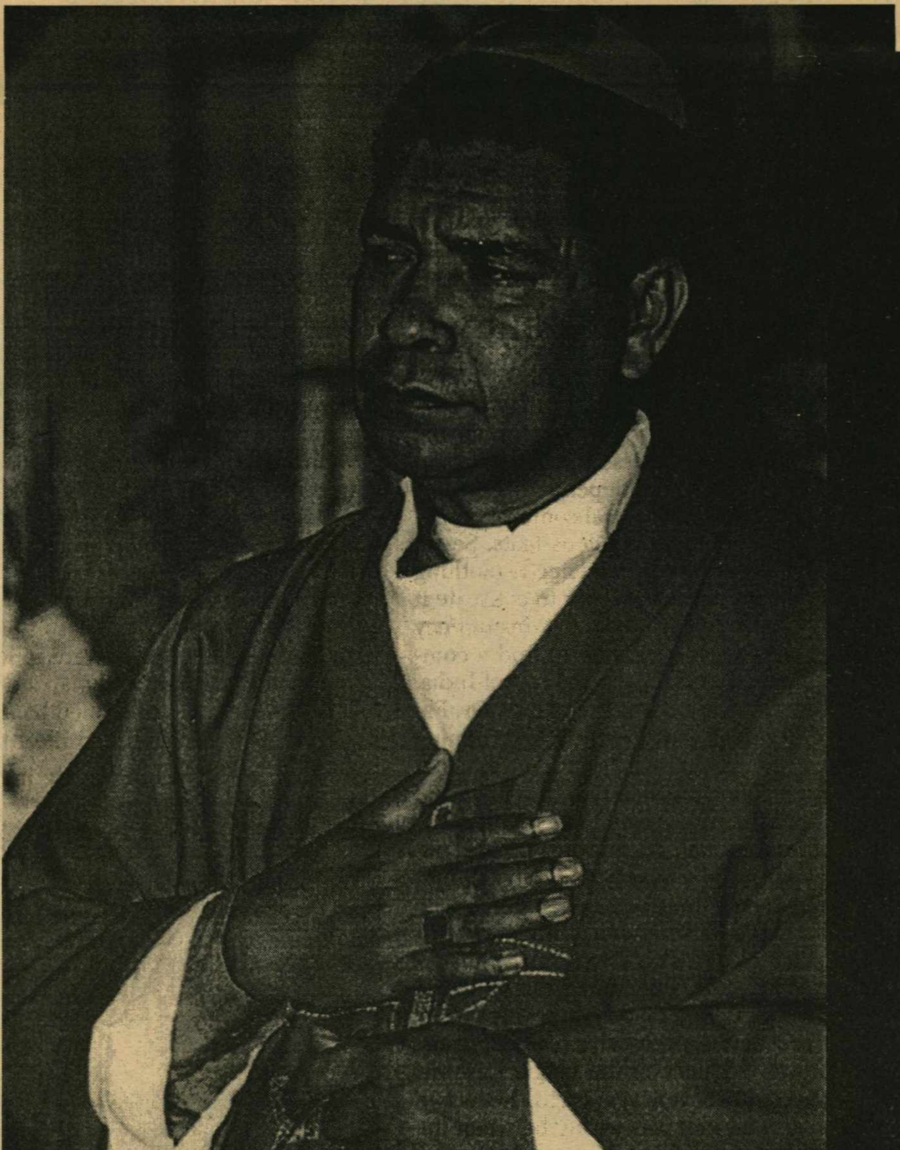
12:10:96 - As notícias da atribuição do Prémio Nobel da Paz a dois representantes da resistência Timorense levantou novamente as críticas do armamento vendido pela Suécia à Indonésia. Leif Pagrotsky, o ministro sueco responsável pelas exportações, nega estas críticas: «Não existem provas de que esse armamento tenha sido utilizado no conflito».

Fonte: Agência de Notícias da Suécia

SUHARTO EM TIMOR

13:10:96 - O Presidente Indonésio vai visitar Timor Leste na próxima semana onde se dedicará a diversos projectos, incluindo a inauguração da grande estátua de Jesus Cristo e da estrada que ligará Batugede a Los Palos.

Fonte: Associated Press



PAZ PARA BELO

11:10:96 - O Comité para a atribuição do Prémio Nobel da Paz decidiu galardoar D. Ximenes Belo e Ramos Horta. Partilham o Prémio «pelo seu empenhamento na tentativa de solucionar de forma pacífica o conflito em Timor-Leste», disse o presidente do Comité Francis Sejersted, acrescentando que, «D. Ximenes Belo tem sido o mais famoso representante do povo de Timor-Leste, pondo em risco a sua própria vida ao tentar proteger o seu povo das infracções cometidas por aqueles que estão no poder».

Fonte: Reuter

REPRESSÃO

14:10:96 - O vencedor do prémio Nobel da paz, José Ramos Horta, diz que continua a repressão em Timor Leste, pelo regime militar de Suharto.

Fonte: Corporação Australiana de Notícias

DOLE PREOCUPADO

14:10:96 - O candidato republicano às Presidenciais norte-americanas interroga-se sobre a ajuda financeira indonésia para a reeleição do presidente democrata Bill Clinton. «Será que esta ajuda influenciará a política de Clinton relativa a Timor Leste»?

Fonte: Lusa

O AMIGO ALEMÃO

15:10:96 - António Guterres, primeiro-ministro português, numa entrevista a uma estação de rádio alemã, pediu ao chanceler Helmut Kohl para exercer uma influência positiva em Jacarta, de maneira a melhorar o que descreveu como «condições intoleráveis» em Timor Leste. Entretanto, um porta-voz do governo alemão disse que Helmut Kohl pretendia abordar a questão dos Direitos Humanos com responsáveis políticos de Jacarta.

Fonte: Reuter

RÁDIO TIMOR

15:10:96 - A atribuição do prémio Nobel aos dois timorenses levantou várias especulações. Segundo a Rádio Sueca, Timor Leste segue o exemplo do Tibete e do Burma, e pretende adquirir uma frequência de rádio, para emitir da Noruega. Mas os responsáveis pela concessão de frequências já negaram o envolvimento de Timor neste projecto.

Fonte: Rádio Suécia

REFÚGIO DIPLOMÁTICO

15:10:96 - Segundo algumas testemunhas, três timorenses procuraram refugio na embaixada francesa de Jacarta. Os três homens conseguiram enganar os guardas e um deles hasteou a bandeira de Timor-Leste depois de ter conseguido entrar no edifício.

Fonte: Lusa

APOIO AUSTRALIANO

16:10:96 - O Governo Australiano negou qualquer mudança na política para Timor-Leste, depois do voto unânime no Senado pela auto-determinação na província indonésia. O senador australiano Bob Brown descreveu a resolução como uma grande meta muito bem-vinda pelos timorenses e por todos os australianos que lutam pelo direito à auto-determinação.

Fonte: Agência France Press

HORTA ACUSA AUSTRÁLIA

16:10:96 - O laureado com o Nobel da Paz acusou a Austrália pelo aumento da instabilidade no Sul da Ásia. Falando pela primeira vez em conferência de imprensa, depois de lhe ter sido atribuído o prémio Nobel, Ramos Horta disse que a Austrália estava a criar um desnecessário nível de sofisticação militar na região, vendendo armas e treinando militarmente os soldados indonésios.

Fonte: The Age

EXPULSOS DA EMBAIXADA

17:10:96 - Um dos três timorenses que procuraram asilo político na embaixada francesa disse à Reuter ter sido expulso, bem como os seus companheiros, pelos guardas e por um dos funcionários francês. A França recusou comentar as alegações. Os três timorenses foram vistos e filmados pelos repórters da Reuter.

Fonte: Reuter

ARMAS SUECAS

17:10:96 - O comércio de armamento militar cresceu cerca de 30 pontos percentuias na primeira metade do ano de 1996, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, segundo uma informação divulgada pela Sociedade pela Paz na Suécia.

Fonte Agência de Notícias da Suécia

F-16 PARA A INDONÉSIA

18:10:96 - Várias questões foram levantadas ao secretário de estado norte-americano, Mc Curry sobre a venda de F-16. Foi levantada a hipótese da venda estar directamente relacionada com as negociações sobre Timor-Leste entre o Departamento de Estado norte-americano e a Indonésia, e foi posta em causa a legalidade das contribuições indonésias para a campanha presidencial. À porta fechada, iniciaram-se as discussões sobre os Direitos Humanos.

Fonte: Relatório da Casa Branca, Washington

AGENDA DE ACÇÃO

18:10:96 - Em Melbourne José Ramos Horta lançou um novo instrumento de combate contra a invasão de Timor-Leste. Este documento justifica, entre outros assuntos, o porquê do envolvimneto da Austrália na causa timorense e explana os vários passos que o governo deve tomar de modo a contribuir para a paz.

Fonte: Comunity aid Aboard (CAA)

MANILA REJEITA MEDIAÇÃO

23:10:96 - O Presidente das Filipinas rejeitou a sugestão de Ramos Horta para ser mediador das negociações de paz entre Timor-Leste e a Indonésia. Numa conferência de imprensa, Fidel Ramos justificou-se: «Não nos intrometemos nos assuntos internos de outros países».

Fonte: Agência France Press

A VOZ DE XIMENES

24:10:96 - Depois de conhecida a nomeação para o prémio Nobel, o Bispo Ximenes Belo disse que a Igreja não concorda com a incorporação de símbolos políticos na Estátua de Cristo construída pelos indonésios, acrescentando que não a abencoria na presença de políticos: «Quem é que vai tirar os soldados indonésios daqui? Nem mesmo os Estados Unidos o podem fazer... e cada vez chegam mais soldados».

Fonte: Visão

NAÇÃO CORAJOSA

24:10:96 - Mónica Pereira consegue enganar a vigilância indonésia e entrar em Timor-Leste. Na reportagem, a jornalista faz referência ao aumento da repressão: «No início deste mês, mais de 100 pessoas de Atsabe foram presas por serem alvo de suspeitas de fornecimento de medicamentos e roupas à guerilha».

Fonte: Visão

F-16: VENDA CONFIRMADA

24:10:96 - Mais uma vez a venda de F-16 à Indonésia é criticada,. Apesar dos embaraços causados pelo suporte financeiro de alguns magnatas indonésios para a campanha eleitoral de Clinton, a venda vai ser concretizada.

Fonte: Tribuna de Chicago

SUHARTO PREOCUPADO

25:10:96 - Suharto pediu ao presidente columbiano Samper para tentar impedir que Portugal leve o assunto de Timor-Leste à futura reunião Ibero-Americana, defendendo que «já existe um fórum para lidar com a questão Timor, por isso este assunto não deve ser abordado num encontro internacional».

Fonte: Público

SIM E NÃO

25:10:96 - Depois de ter negado o visto a Ramos Horta, durante o encontro da APEC, o presidente Fidel Ramos autoriza a deslocação de Ramos Horta às Filipinas, mas só depois de finalizados os trabalhos da APEC.

Fonte: Agência de Notícias das Filipinas

CARTA ABERTA A SUHARTO

25:10:96 - Ainda na sequência da atribuição do pémio Nobel, 16 organizações francesas, incluindo a liderada por Danielle Miterrand, enviaram uma carta a Suharto demonstrando solidariedade para com o movimento pró-democracia indonésio, numa iniciativa levada a cabo pela Associação de Solidariedade para com Timor-Leste. A carta inclui um texto sobre a prisão, em Junho, de vários indonésios pró-democráticos.

Fonte: Organizações de solidariedade

DUALIDADE AUSTRALIANA

25:10:96 - À espera da decisão do Tribunal Federal da Austrália sobre o envio para Portugal estão 1.300 timorenses. O director executivo da Associação pela Libertação de Timor-Leste, em Sydney, classifica a posição australiana como «oportunista». Por um lado, reconhece a soberania da Indonésia sobre Timor e, por outro, considera estes refugiados como cidadãos portugueses, posição bastante conveniente. É uma estratégia que dá consistência aos planos conjuntos entre a Austrália e a Indonésia para a exploração petrolífera em Timor-Leste.

Fonte: IPS Sydney

INDÓNESIA COMENTA NOBEL

25:10:96 - A Missão da Indonésia nas Nações Unidas fez conhecer a sua opinião acerca da atribuição do prémio Nobel da Paz aos dois timorenses. A Missão é conciliatória com a atribuição do prémio ao Bispo D. Ximenes Belo, mas manteve a sua posição contra os separatistas, condenando assim a atribuição feita a Ramos Horta.

Fonte: AP (Nações Unidas)

NEGOCIAR COM A INDONÉSIA

26:10:96 - Durão Barroso, numa entrevista ao jornal «Público», diz acreditar que, depois da atribuição do Nobel, chegou o momento certo para negociar novas propostas sobre a autonomia do povo timorense com a Indonésia. Segundo o ex-ministro, será «um objectivo intermédio, que salvaguardará a cultura, a linguística e a identidade religiosa dos timorenses».

Fonte: Público

BOAS VINDAS

28:10:96 - Ramos Horta chega a Lisboa, onde o esperava uma manifestação de boas vindas, aproveitando para clarificar que as suas afirmações à Revista *Newsweek* eram fiéis ao Plano de Paz adoptado em 1992. Referiu-se à autonomia de Timor-Leste apenas durante um período de transição, antes da plena indepência.

Fonte: Público

Megawati Sukarnoputri certamente não concorda com as «amplas liberdades» de Suharto

CENSURA EM JACARTA

3:10:96 - A missão dos jornalistas indonésios, segundo Suharto, é «fazer convergir opiniões, julgamentos e perspectivas apropriadas». O presidente indonésio acrescenta ainda que «não se deve procurar apenas a verdade, mas deve-se guiar estas verdades através de um processo de análise crítica de modo a orientar uma sociedade», concluindo que os jornalistas devem ter uma atitude «limpa, clara e sem medo».

AMESTERDÃO SOLIDÁRIA

28:10:96 - Os protestos a favor de Timor-Leste e do movimento pró-democracia na Indonésia reuniram vários grupos de solidariedade dos Países Baixos em Amesterdão. Do Dia de Solidariedade resultou uma petição que foi entregue na Embaixada da Indonésia e no Parlamneto Holandês.

Fonte: Grupos de Solidariedade

FUNDAÇÃO POR TIMOR

28:10:96 - Ramos Horta disse que ia doar metade do prémio do Nobel (um mihão de dólares norte-americanos) para a criação de uma Fundação pelos Direitos Humanos em Timor-Leste e a favor dos exilados em Portugal. Ramos Horta aproveitou para criticar o comportamento dos países europeus, dos Estados Unidos e da Austrália, que «condenam as violações dos Direitos Humanos em países com os quais não têm interesses económicos».

Fonte: InterPress

A VERDADE SOBRE JULIÃO FRAGA

28:10:96 - Fontes fidedignas indicaram que o Major Julião Fraga foi assasinado numa estrada de Baucau, enquanto fazia o percurso de motorizada no novo surbúrbio de Kota Baru. Uma descarga de metrelhadora atingiu-lhe o peito e o Major caíu automaticamente da motorizada. Várias evidências indicam claramente que este assasinato foi uma acção levada a cabo pelos militares indonésios. Isto significa que a vida em Timor é bastante arriscada, mesmo para aqueles que colaboram com os Indonésios.

Fonte: Conselho Nacional da Resistência Timorense

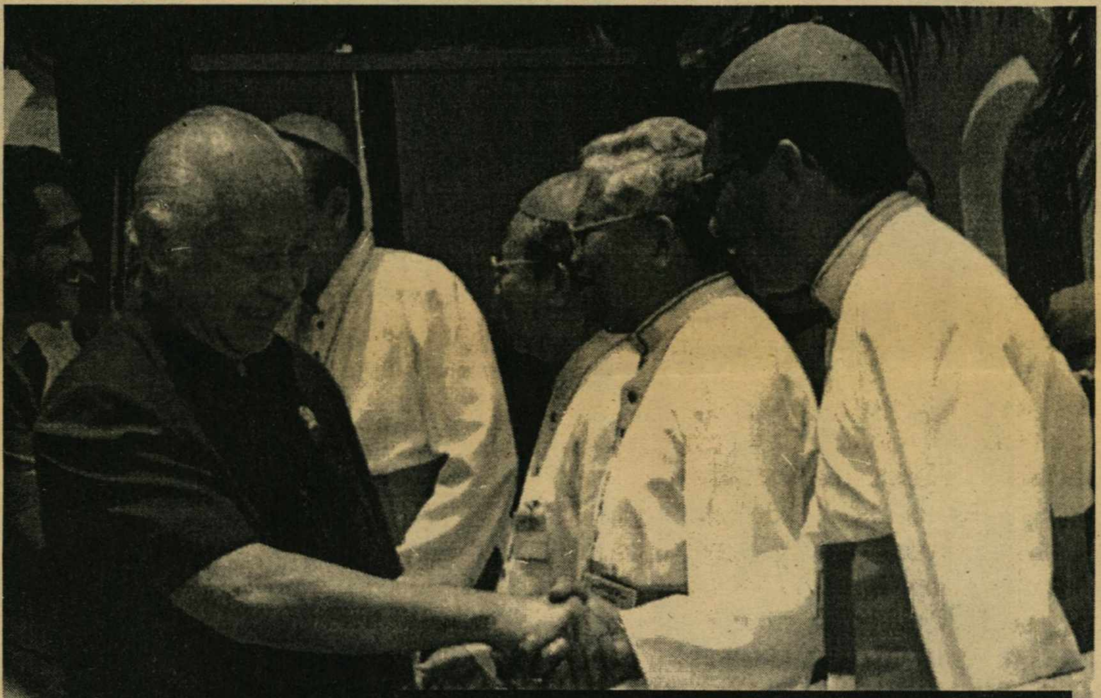
INFORMAÇÕES VÁRIAS

29:10:96 - O Bispo D. Ximenes Belo rejeitou o convite para o encontro com Helmut Kohl em Jacarta.

José Ramos Horta disse ao primeiro-ministro português, António Guterres, que a Resistência Timorense ficaria satisfeita com um terço da soma que Portugal envia para a Bósnia.

O fórum nas Filipinas das Organizações Não Governamentais quer convidar o Bispo D. Ximenes Belo a participar no encontro, depois da proibição de Ramos Horta em entrar nas Filipinas durante o fórum.

Fonte: Lusa



ENCONTRO DE OPOSITORES

15:10:96 - O presidente Suharto encontrou-se com D. Ximenes Belo, mas não fez qualquer referência à atribuição do prémio Nobel da Paz ou do aniversário da invasão militar indonésia de Timor-Leste.

Fonte: Associated Press

VISTO PARA BELO

29:10:96 - Várias crónicas dizem que o Governo Filipino ainda não decidiu se permitirá que o Bispo D. Ximenes Belo participe no Fórum das Organizações Não Governamentais, no lugar de Ramos Horta. Alguns editoriais defendem que este caso deveria ser encerrado.

Fonte: Revista de Imprensa de Manila

NOBEL ERRANTE

29:10:96 - Robert Barry, Embaixador dos Estados Unidos na Indonésia, entre 1992 e 95, afirmou que o Comité para a atribuição do Nobel «defende a independência de Timor-Leste», mas a atribuição do prémio a um líder independente e a um Bispo «fará crescer expectativas irrealistas». Deveria sim, «ter dado o prémio apenas ao Bispo».

Fonte: Washington Post

LIGAÇÕES PERIGOSAS

30:10:96 - Um detalhado estudo sobre as ligações de Suharto às famílias indonésias que ajudaram a campanha de Clinton chega à conclusão que o Governo de Suharto pretende contrapartidas pela ajuda monetária. «Estas duas famílias exercem uma grande influência política e económica, bem como um prestígio intelectual na arena política da Indonésia. Não pode ser dito que o Governo indonésio nada tem a ver com as doações dos Lippo para a campanha presidencial de Clinton.... As ligações aos Lippos serão mais tarde utilizadas, com sucesso, por Jacarta».

Fonte: GJ Aditjondro

DIFAMAR RAMOS HORTA

30:10:96 - Numa carta ao editor do *The Nation*, jornal de Bangkok, o embaixador da Indonésia afirma que a atribuição do prémio Nobel da Paz ao Bispo de Díli é compreensível, mas «o Governo Indonésio ficou surpreendido com as justificações dadas pela comissão de atribuição do Nobel. Foi anunciado que o prémio foi dedicado aos sacrifícios e opressões que o povo de Timor leste sofre. Isto não é verdade, o povo de Timor-Leste não é oprimido O nosso Governo deu sempre prioridade ao bem estar económico e social deste povo».

Fonte: The Nation

XIMENES REJEITA CONVITE

31:10:96 - D. Ximenes Belo rejeitou o convite para participar no Fórum das Organizações Não Governamentais, em Manila, devido a compromissos agendados na Europa.

Fonte: Lusa

AJUDA DA ONU

31:10:96 - Ramos Horta advoga «um maior movimento político e diplomático para 1997, ano da confrontação na Assembleia Geral das Nações Unidas, agendada para Setembro ou Outubro de 1997. «Este ano», prevê, «será muito vunerável para a Indonésia». O recente lugar atribuído a Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas, irá intensificar uma acção diplomática em geral, mas as conversações entre Portugal e a indonésia não prosseguirão se falharem as negociações no próximo encontro.

Fonte: Reuter

REVOLTA NO EXÉRCITO

3:11:96 - Cerca de 300 soldados timorenses a cumprirem serviço militar na armada Indonésia amotinaram-se depois de tomarem conhecimento dos resultados dos relatórios sobre a morte do Sargento Fraga, recusando a voltar à base. Os relatórios defendem que o Sargento timorense foi morto pelos soldados indonésios e não pela Resistência Timorense, como tem sido veiculado pela hierarquia militar indonésia.

Fonte: Reuter

XIMENES ESPERA PRESSÃO

3:11:96 - Na entrevista à revista alemã *Focus*, D. Ximenes Belo diz que o Governo da Indonésia «nunca perceberá» o porquê da sua nomeação para Prémio Nobel da Paz: «Espero que o Governo finalmente acorde. Agora o mundo acatará os problemas de Timor-Leste com seriedade. Espero que o Governo Indonésio aprenda alguma coisa. Mas continuamos muito afastados do nosso objectivo, a igualdade de direitos para o povo timorense».

Fonte: Reuter

INFORMAÇÕES CONTRÁRIAS

4:11:96 - A situação dos 300 soldados que, segundo fontes da Resistência Timorense, se tinham amotinado depois de saberem que as suspeitas do assasinato do Sargento Fraga recaiam sobre os militares indonésios e, posteriormente recusaram-se a voltar a obedecer as ordens dos Indonésios, ainda não foi clarificada.

Fonte: Lusa

MALÁSIA CONTRA CONFERÊNCIA

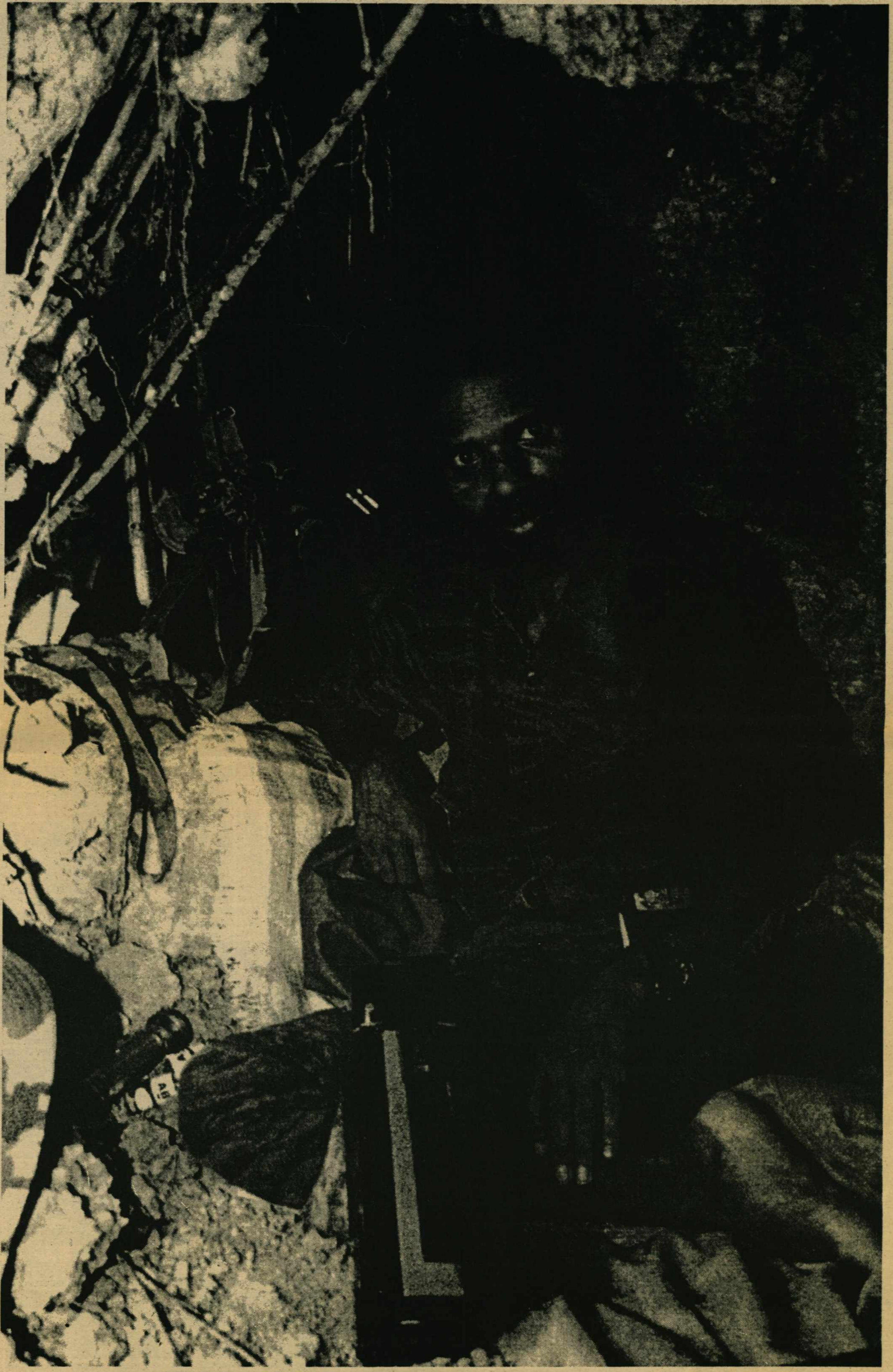
4:11:96 - Megat Ayab, primeiro-ministro da Malásia, confirmou a notícia da decisão do seu gabinete pela anulação da II Conferência Ásia-Pacífico sobre Timor-Leste, marcada entre os dias 9 e 11 de Novembro, pois assim as relações entre a Indonésia não seriam afectadas. O representante das Organizações não Governamentais para a Conferência Ásia Pacífico sobre Timor-Leste disse que as ONG se iriam reunir para discutir a posição da Malásia. Mais de 200 representantes de mais de 24 países esperam poder participar na conferência.

Fonte: Agência France Press

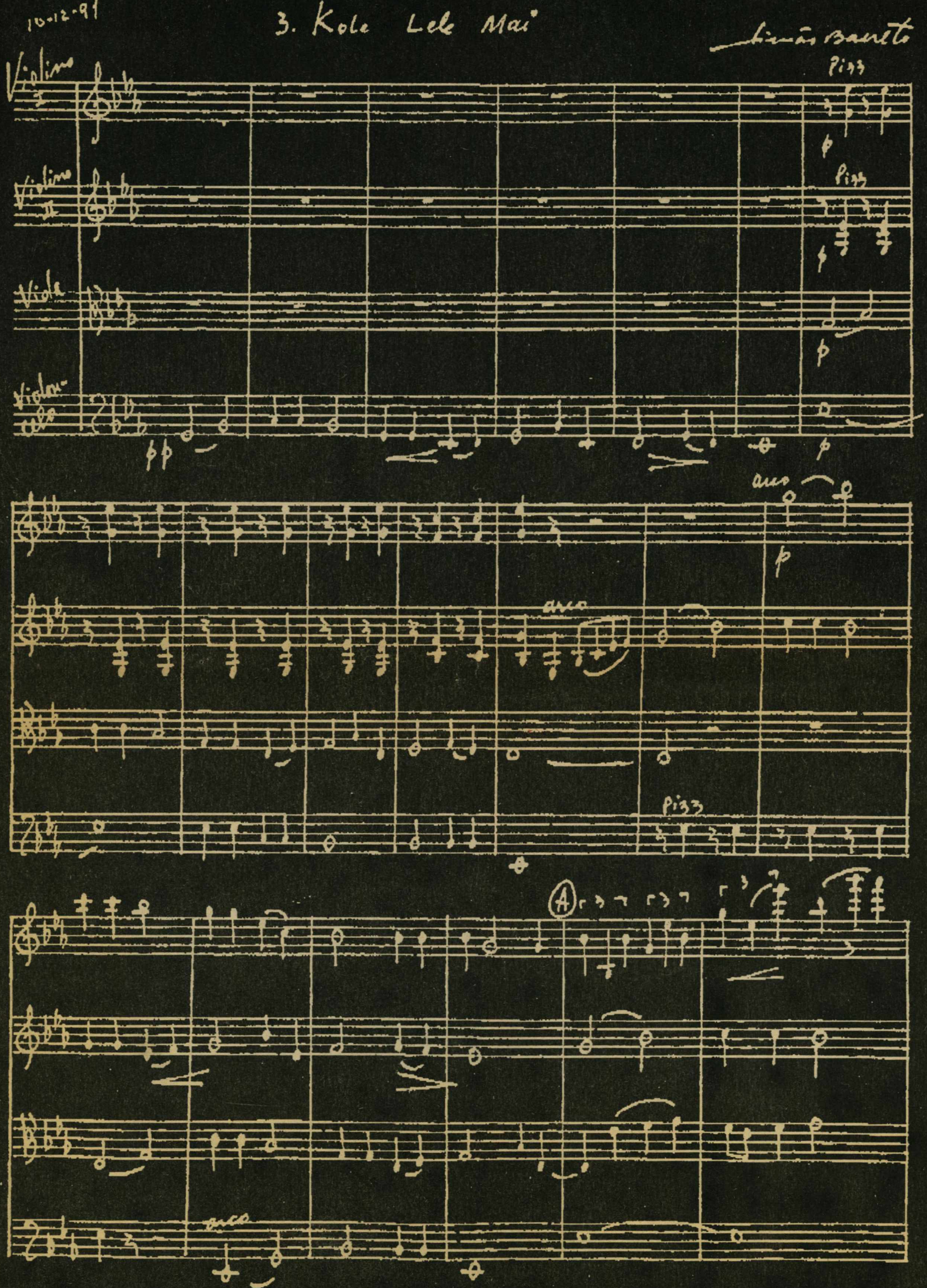
TAPOL PEDE CONFERÊNCIA

4:11:96 - A Campanha Indonésia para os Direitos Humanos em Timor-Leste enviou uma carta ao presidente da Malásia: «A TAPOL ficou surpreendida pela decisão de anular a Conferência sobre Timor-Leste... tomada pelo vosso Governo. Apelamos junto de si para reconsiderar esta decisão. A realização desta Conferência, na Malásia, com a permissão do vosso Governo, será um sinal claro do vosso desejo de contribuir para uma solução pacífica relativa aos problemas da região da ASEAN. Acreditamos que tal será um acto de amizade para com a Indonésia, pois é uma ajuda para solucionar os problemas que têm agravado a reputação da imagem internacional da Indonésia.

Fonte: TAPOL



interior


10-12-91
3. Kole Lele Mai
Simão Barreto
Violino I
Violino II
Viola
Violoncelo
Pizz
p
pp
arco
A

Extracto da pauta musical da composição que o maestro Simão Barreto interpretará em Oslo, por ocasião da entrega do Prémio Nobel da Paz a José Ramos Horta e D. Ximenes Belo.